



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento
SECRETARIA DA SAÚDE

Processo de aquisição de material de consumo
SES-PRC-2020/17833

Data de Produção	22/04/2020
-------------------------	------------

Interessado	COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO - CGA
Assunto	Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19
Número de Referência	Ofício CGA/Planejamento n.º 154/2020

ALICE NAOMI SAMBUICHI
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Registro de Preços - Planejamento



SESPRC202017833V01

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------





| Secretaria da Saúde

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Ofício CRP nº 154/2020

Ilma Diretora:

Solicitamos que sejam adotadas as providências necessárias, no sentido de ser realizada aquisição dos materiais relacionados abaixo:

item	Material	U. F.	Quantidade
1	Avental descartável, em não tecido SSMMSS, laminado, gramatura de 50 g/m ²	Unidade	10.000

Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), conforme Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de Março de 2020, Decreto estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020 e amplamente noticiada (anexo).

Desde já estimo os votos de elevada estima e distinta consideração.

ALICE NAOMI SAMBUICHI
Diretor Técnico II

À Senhora
RITA DE CÁSSIA LOURENÇO SHIGA CAETANO
DD Diretora do Núcleo de Compras



Assinado com senha por ALICE NAOMI SAMBUICHI - 22/04/2020 às 14:02:25.
Documento Nº: 4415313-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415313-1423>



SESDCI202042216A

TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	SIAFISICO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UF	QUANTIDADE
1	5605520	AVENTAL DESCARTAVEL , EM NAO TECIDO SSMMSS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, COM BARREIRA VIRAL E MICROBIANA, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COMPRIMENTO MINIMO DE 1,30M E LARGURA DE 1,40M, TAMANHO GRANDE, COM MANGA LONGA, COM PUNHO ELASTICO OU MALHA CANELADA, DECOTE COM VIES; FECHAMENTO POSTERIOR POR VELCRO NO PESCOCO E NA CINTURA COM AMARRILHOS; NAO ESTERIL, EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE	UF=01 UNIDADE	10.000

CONDIÇÕES DE ENTREGA

- a) Condições de Entrega: Imediata - pacote com 10 unidades.
- Local de Entrega: Rua dos Italianos, 406 - Bom Retiro
- b) Horário de Entrega: 08:00 as 17:00 horas
- Agendamento: 3367- 7931/32 com Jessica/Valéria.



22/04/2020

SiafemNet | SiafisicoNet

ContabilizaSP



ITEM DE MATERIAL

Radicais: (Material)

ou

Código Item de Material:

5605520

Buscar

Voltar

5605520 - AVENTAL DESCARTAVEL SSMMSS LAMINADO 50G/M2

EM NAO TECIDO SSMMSS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, COM BARREIRA VIRAL E MICROBIANA, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COMPRIMENTO MINIMO DE 1,30M E LARGURA DE 1,40M, TAMANHO GRANDE, COM MANGA LONGA, COM PUNHO ELASTICO OU MALHA CANELADA, DECOTE COM VIES; FECHAMENTO POSTERIOR POR VELCRO NO PESCOCO E NA CINTURA COM AMARRILHOS; NAO ESTERIL, EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE

Unidades de Fornecimento: UNIDADE - (BEC)

Liberado por:

Sinônimos: AVENTAL P/PROCEDIMENTO

Última Negociação:



Grupo 65 -
EQUIPAMENTOS E ARTIGOS
DE USO MEDICO,
ODONTOLOGICO E
HOSPITALAR

Classe 6526 - MATERIAIS
DE USO TECNICO
HOSPITALAR COM
NOTIFICACAO/REGISTRO

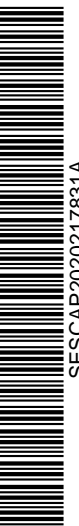
Naturezas de Despesa -

21695 - AVENTAL
DESCARTAVEL

PRODESP

https://siafem-app.fazenda.sp.gov.br/SiafNet/siafisico/sfco_consulta_item_material.xhtml

1/2



SESCAP2020217831A



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 22/04/2020 às 14:04:50.
Documento Nº: 4415696-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415696-1423>

SIGA

Ficha informativa

DECRETO Nº 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, Considerando a Portaria MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, por meio da qual o Ministro de Estado da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus; Considerando que a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, dispôs sobre medidas para o enfrentamento da citada emergência de saúde pública de importância internacional; Considerando que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, na data de hoje, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000; Considerando a notória escala nacional do fenômeno objeto dos sobreditos atos legislativos e administrativos, Decreta:

Artigo 1º - Este decreto reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo.

Artigo 2º - As Secretarias de Estado, a Procuradoria Geral do Estado e as autarquias do Estado, excetuados os órgãos e entidades relacionados no § 1º do artigo 1º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, suspenderão, até 30 de abril de 2020, as atividades de natureza não essencial nos respectivos âmbitos, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.

Parágrafo único - A suspensão de atividades a que alude o “caput” abrangerá, dentre outros:

1. parques estaduais;
2. cursos de qualificação - Programas de Qualificação Profissional e de Transferência de Renda Via Rápida e NOVOTEC;
3. atendimento presencial no POUPATEMPO - Centrais de Atendimento ao Cidadão, Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP.

Artigo 3º - Como consequência do disposto no artigo 2º deste decreto, os servidores:

- I - responsáveis por atividades não essenciais e que não mais disponham de períodos de férias para gozo no exercício de 2020 ficarão à disposição da Administração, sob solicitação desta última pelos meios de comunicação disponíveis, observado o horário ordinário de sua jornada de trabalho;
- II - responsáveis por atividades essenciais as executarão de forma presencial ou mediante teletrabalho, nos termos de atos próprios editados nessas mesmas esferas.



Artigo 4º - Os atos próprios de que tratam os artigos 2º e 3º, inciso II, deste decreto deverão ser encaminhados, após sua edição, ao Comitê Administrativo Extraordinário COVID-19, de que trata o artigo 3º do Decreto nº 64.864, de 16 de março de 2020, para conhecimento e eventuais providências.

Artigo 5º - A fim de mitigar as consequências econômicas da pandemia a que alude o artigo 1º:

I - a Procuradoria Geral do Estado suspenderá, por 90 (noventa) dias, os atos destinados a levar a protesto débitos inscritos na dívida ativa;

II - os representantes da Fazenda do Estado adotarão as providências necessárias, observados os dispositivos legais e regulamentares, para que seja isento o pagamento de contas/faturas de água e esgoto vincendas de abril, maio e junho de 2020 relativas a usuários enquadrados na categoria residencial social, ficando suspensa, pelo mesmo período e para os mesmos beneficiários, a incidência dos artigos 18 e 19 do Regulamento a que se refere o Decreto nº 41.446, de 16 de dezembro de 1996.

Artigo 6º - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso III, com a seguinte redação: "III - funcionamento de locais de culto e suas liturgias."

Artigo 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 20 de março de 2020

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patrícia Ellen da Silva

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Rossieli Soares da Silva

Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Paulo Dimas Debellis Mascaretti

Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes

Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

José Henrique Germann Ferreira

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Nivaldo Cesar Restivo

Secretário da Administração Penitenciária

Alexandre Baldy de Sant'Anna Braga



Secretário dos Transportes Metropolitanos
Aildo Rodrigues Ferreira
Secretário de Esportes
Vinicius Rene Lummertz Silva
Secretário de Turismo
Celia Camargo Leão Edelmuth
Secretária dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Julio Serson
Secretário de Relações Internacionais
Antonio Carlos Rizeque Malufe
Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil
Rodrigo Garcia
Secretário de Governo
Publicado na Secretaria de Governo, aos 20 de março de 2020.

DECRETO N° 64.879, DE 20 DE MARÇO DE 2020

Retificação do D.O. de 21.3.2020

No artigo 6º, leia-se como segue e não como constou:

Artigo 6º - O artigo 4º do Decreto nº 64.862, de 13 de março de 2020, passa a vigorar acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

“IV - funcionamento de locais de culto e suas liturgias.”



No processo SG-96.692-2015, Vols. I a III, sobre cessão onerosa: "Diante dos elementos de instrução constantes dos autos e do Pareceres CJ/SG 21-2018 e 223-2019, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Governo, aprova a cessão onerosa, pelo

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 12/03/2020 | Edição: 49 | Seção: 1 | Página: 185
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 356, DE 11 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV), resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do coronavírus (COVID-19), poderão ser adotadas as medidas de saúde para resposta à emergência de saúde pública previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 3º A medida de isolamento objetiva a separação de pessoas sintomáticas ou assintomáticas, em investigação clínica e laboratorial, de maneira a evitar a propagação da infecção e transmissão local.

§ 1º A medida de isolamento somente poderá ser determinada por prescrição médica ou por recomendação do agente de vigilância epidemiológica, por um prazo máximo de 14 (quatorze) dias, podendo se estender por até igual período, conforme resultado laboratorial que comprove o risco de transmissão.

§ 2º A medida de isolamento prescrita por ato médico deverá ser efetuada, preferencialmente, em domicílio, podendo ser feito em hospitais públicos ou privados, conforme recomendação médica, a depender do estado clínico do paciente.

§ 3º Não será indicada medida de isolamento quando o diagnóstico laboratorial for negativo para o SARS-CoV-2.

§ 4º A determinação da medida de isolamento por prescrição médica deverá ser acompanhada do termo de consentimento livre e esclarecido do paciente, conforme modelo estabelecido no Anexo I.

§ 5º A medida de isolamento por recomendação do agente de vigilância epidemiológica ocorrerá no curso da investigação epidemiológica e abrangerá somente os casos de contactantes próximos a pessoas sintomáticas ou portadoras assintomáticas, e deverá ocorrer em domicílio.

§ 6º Nas unidades da federação em que não houver agente de vigilância epidemiológica, a medida de que trata o § 5º será adotada pelo Secretário de Saúde da respectiva unidade.

§ 7º A medida de isolamento por recomendação será feita por meio de notificação expressa à pessoa contactante, devidamente fundamentada, observado o modelo previsto no Anexo II.

Art. 4º A medida de quarentena tem como objetivo garantir a manutenção dos serviços de saúde em local certo e determinado.



§ 1º A medida de quarentena será determinada mediante ato administrativo formal e devidamente motivado e deverá ser editada por Secretário de Saúde do Estado, do Município, do Distrito Federal ou Ministro de Estado da Saúde ou superiores em cada nível de gestão, publicada no Diário Oficial e amplamente divulgada pelos meios de comunicação.

§ 2º A medida de quarentena será adotada pelo prazo de até 40 (quarenta) dias, podendo se estender pelo tempo necessário para reduzir a transmissão comunitária e garantir a manutenção dos serviços de saúde no território.

§ 3º A extensão do prazo da quarentena de que trata o § 2º dependerá de prévia avaliação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) previsto na Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

§ 4º A medida de quarentena não poderá ser determinada ou mantida após o encerramento da Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

Art. 5º O descumprimento das medidas de isolamento e quarentena previstas nesta Portaria acarretará a responsabilização, nos termos previstos em lei.

Parágrafo único. Caberá médico ou agente de vigilância epidemiológica informar à autoridade policial e Ministério Público sobre o descumprimento de que trata o caput.

Art. 6º As medidas de realização compulsória no inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020, serão indicadas mediante ato médico ou por profissional de saúde.

Parágrafo único. Não depende de indicação médica ou de profissional de saúde as medidas previstas nas alíneas "c" e "d" do inciso III do art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 7º A medida de requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus Covid-19 será determinada pela autoridade competente da esfera administrativa correspondente, assegurado o direito à justa indenização.

Art. 8º O laboratório público ou privado que, pela primeira vez, confirmar a doença, adotando o exame específico para SARS-CoV2 (RT-PCR, pelo protocolo Charité), deverá passar por validação por um dos três laboratórios de referência nacional:

I - Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz/RJ);

II - Instituto Evandro Chagas da Secretaria de Vigilância em Saúde (IEC/SVS) no Estado do Pará;
ou

III - Instituto Adolfo Lutz da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

§ 1º Na hipótese prevista no caput, o laboratório deverá encaminhar alíquota da amostra para o Banco Nacional de Amostras de Coronavírus, para investigação do perfil viral do coronavírus (COVID-19) no território nacional, por meio de um dos três laboratórios previstos no caput.

§ 2º Após a validação da qualidade, o laboratório de que trata o caput passará a integrar a Rede Nacional de Alerta e Resposta às Emergências em Saúde Pública (REDE CIEVS).

§ 3º O fluxo de amostras laboratoriais deverá observar os protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

§ 4º A realização de exame laboratorial, coleta de amostras e demais testes necessários para identificação do coronavírus (COVID-19), bem como as medidas de biossegurança devem observar as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º A autoridade de saúde local deverá, no âmbito de suas competências, acompanhar as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19) previstas no art. 3º da Lei nº 13.979, de 2020.

Art. 10. Para a aplicação das medidas de isolamento e quarentena deverão ser observados os protocolos clínicos do coronavírus (COVID-19) e as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Contingência Nacional para Infecção Humana novo Coronavírus (Convid-19), disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, com a finalidade de garantir a execução das medidas profiláticas e o tratamento necessário.

Art. 11. As condições para a realização das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública estão previstas no Boletim Epidemiológico e Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).



Parágrafo único. O Boletim Epidemiológico será atualizado semanalmente ou sempre que necessário e disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério da Saúde: <https://www.saude.gov.br/vigilancia-em-saude>.

Art. 12. O encerramento da aplicação das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-

19) fica condicionada à situação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. O encerramento da emergência de saúde pública de importância nacional está condicionada a avaliação de risco realizada pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Art. 13. O Ministério da Saúde manterá dados públicos e atualizados sobre os casos confirmados, suspeitos e em investigação, relativos à situação de emergência pública sanitária, resguardando o direito ao sigilo das informações pessoais.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE MANDETTA

ANEXO I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, RG nº _____, CPF nº _____, declaro que fui devidamente informado(a) pelo médico(a) Dr.(a) _____ sobre a necessidade de _____ (isolamento ou quarentena) a que devo ser submetido, com data de início _____, previsão de término _____, local de cumprimento da medida _____, bem como as possíveis consequências da sua não realização.

☐ Paciente ☐ Responsável

Nome: _____ Grau de Parentesco: _____

Assinatura: _____ Identidade Nº: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Deve ser preenchido pelo médico

Expliquei o funcionamento da medida de saúde pública a que o paciente acima referido está sujeito, ao próprio paciente e/ou seu responsável, sobre riscos do não atendimento da medida, tendo respondido às perguntas formuladas pelos mesmos. De acordo com o meu entendimento, o paciente e/ou seu responsável, está em condições de compreender o que lhes foi informado. Deverão ser seguidas as seguintes orientações:

Nome do médico: _____

Assinatura _____

CRM _____

ANEXO II

NOTIFICAÇÃO DE ISOLAMENTO

O(A) Senhor(a) está sendo notificado sobre a necessidade de adoção de medida sanitária de isolamento. Essa medida é necessária, pois visa a prevenir a dispersão do vírus Covid-19.

Data de início:

Previsão de término:

Fundamentação:

Local de cumprimento da medida (domicílio):

Local: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Nome do profissional da vigilância epidemiológica: _____

Assinatura _____ Matrícula: _____



Eu, _____, documento de identidade ou passaporte
_____ declaro que fui devidamente informado(a) pelo agente da vigilância epidemiológica
acima identificado sobre a necessidade de isolamento a que devo ser submetido, bem como as possíveis
consequências da sua não realização.

Local: _____ Data: ____/____/____ Hora: ____:____

Assinatura da pessoa notificada: _____

Ou

Nome e assinatura do responsável legal: _____

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.




JORNAL NACIONAL

OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

Segundo a Organização Mundial da Saúde, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, com a gripe suína H1N1.

Por Jornal Nacional

11/03/2020 20h13 · Atualizado há 13 horas

 OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

OMS classifica situação do novo coronavírus como pandemia

A Organização Mundial da Saúde classificou a disseminação da doença causada pelo novo coronavírus como uma pandemia. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, esclareceu que, na prática, nada muda.



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 22/04/2020 às 14:06:52.
Documento Nº: 4415836-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415836-1423>



“A descrição da situação como uma pandemia não altera a avaliação da ameaça representada pelo novo coronavírus. Não muda o que a OMS está fazendo, nem o que os países devem fazer”, explicou.

O problema, segundo Tedros Adhanom, é que muitos países não têm seguido as orientações para tomar ações urgentes e agressivas. É isso que precisa mudar.

Tire suas dúvidas sobre a Covid-19

Pandemia, segundo a definição da própria OMS, é quando há uma disseminação mundial de uma nova doença. A organização vinha evitando a classificar a Covid-19 dessa forma e continuava considerando a situação como uma epidemia, que é quando a doença se espalha por uma comunidade ou uma região específica.

Para justificar a classificação de pandemia, o diretor-geral ressaltou que, nas últimas duas semanas, o número de casos da Covid-19 fora da China aumentou 13 vezes e o número de países afetados triplicou. A previsão é de mais crescimento.

Mas Tedros Adhanom fez questão de frisar que isso não significa que a situação esteja fora de controle. Ele disse que pandemia “é uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou”.

De acordo com os dados da OMS, 118 mil casos foram confirmados em 114 países. O chefe da organização, no entanto, destacou que mais de 90% desses casos estão em apenas quatro países: China, Coreia do Sul, Irã e Itália. E segundo ele, vários países já demonstraram que é possível controlar a doença.

A última vez que a OMS declarou uma pandemia foi em 2009, durante o surto da gripe suína H1N1.





JAMIL CHADE

OMS classifica coronavírus como pandemia e cobra ação de governos



Jamil Chade
Colunista do UOL
11/03/2020 13h27



A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou hoje (11) o coronavírus como uma pandemia, num reconhecimento de que a mera estratégia de conter a proliferação da doença já não seria suficiente. A classificação significa que uma transmissão recorrente está ocorrendo em diferentes partes do mundo e de forma simultânea.

Na prática, ao anunciar a pandemia, a agência de saúde indica que governos devem trabalhar não mais para apenas conter um caso. Mas atuar também para atender uma parcela da população mais ampla e vulnerável. Estratégias direcionadas apenas para identificar casos e isolar pessoas precisam ser trocadas por um plano sanitário que evite mortes e que atue para toda a população.

RELACIONADAS

Topo



SESCAP2020217845A

A mudança no status não significa que a taxa de letalidade tenha sido incrementada e nem que as orientações da agência serão modificadas. Mas é um chamado da OMS apela para que governos adotem medidas mais duras e agressivas.

Segundo a entidade, nas últimas duas semanas, o número de casos fora da China cresceu 13 vezes e o número de países afetados triplicou. Em apenas uma semana, o número de países afetados passou de 45 para 114. O Brasil **tem ao menos 35 casos confirmados**.

Onde há casos confirmados de coronavírus



África do Sul
Alemanha
Andorra
Arábia Saudita
Argélia
Argentina
Armênia
Austrália
Áustria
Azerbaijão
Bahrein
Belarus
Bélgica
Bolívia
Bósnia e Herzegovina

Atualizado às 8h de 11 de março

Até o mês de fevereiro, a entidade insistia que a proliferação em grande escala apenas estava sendo registrada em cidades chinesas, com o casos fora do país asiático ainda podendo ser contidos. Isso, em termos técnicos, não representaria uma pandemia e, portanto, a entidade resistia em passar para um nível superior de alerta.

Mas, nos últimos dias, a agência com sede em Genebra já vinha alertando que a capacidade de sistemas de saúde em frear o surto estava se esgotando. O risco global foi elevado na semana passada para "muito elevado" e preparações para uma nova fase começaram a

>
Topo



ser feitas. Ainda assim, a entidade passou a ser questionada por seu comportamento.

Enquanto Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, fazia o anúncio na sala de operações da entidade, telões pelas paredes mostravam a dimensão do surto pelo mundo. 118 mil casos confirmados e mais de 4,2 mil mortes.

Desse total, mais de 80 mil casos estão na China. Mas a alta no número de casos na Itália, Irã e Coreia do Sul e a expansão para novas regiões transformaram a maneira pela qual a OMS reage à situação.

A agência prevê que o mundo verá um aumento no número de casos nos próximos dias. Mas Tedros insistiu que essa é a primeira pandemia que pode ser contida.

Falta de Ação

De fato, um dos objetivos da OMS com a declaração é a de conscientizar governos a agir, enquanto a entidade insiste que muitos continuam sem entender a dimensão do problema.

Tedros, pedindo calma e solidariedade internacional, deixou claro que o uso da palavra "pandemia" deve ser usada com "cuidado" e ciente do que isso pode representar. Mas alertou que estava preocupado com a negligência de parte da comunidade internacional.

Para o diretor, existe ainda um "nível alarmante de falta de ação" por parte de alguns governos. A OMS se diz preocupada com a falta de medidas para detectar casos e critérios para aceitar pacientes.

A entidade também alerta que existem governos que "não estão comunicando bem com suas populações". No Brasil, o presidente [Jair Bolsonaro](#) chamou a situação de "pequena crise" e elementos de "mais fantasia".

"Uma epidemia é um teste de confiança entre populações e governos e teste de resistência", declarou Michael Ryan, diretor de operação da OMS.

Topo



SESCAP2020217845A



A decisão, segundo fontes na OMS, exigiu um amplo debate interno e com consultores, justamente diante do risco que a declaração poderia gerar.

"Não podemos cometer um erro agora", disse Tedros. "Falar que é pandemia não significa que devemos sair da estratégia de contenção para mitigação. Não estamos falando disso. Mas sim uma estratégia completa e que contenção deve ser o pilar central", insistiu.

A preocupação principal da OMS é de que, ao declarar a pandemia, governos abandonem o esforço de contenção. "90% dos 118 mil casos estão em apenas quatro países", disse. "Seria um erro abandonar a contenção. Neste momento, 81 países ainda não têm casos e devem fazer de tudo para impedir que o vírus chegue. 57 países têm menos de dez casos. Eles podem cortar. Esse é o primeiro coronavírus a ser uma pandemia. Mas é o primeiro que poderá ser controlado", indicou.

Michael Ryan deixou claro que o momento é de ação. "Esse é um alerta para todos os governos do planeta", disse. "Acordem. O vírus pode estar a caminho", insistiu.

Segundo ele, cada governo agora deve decidir de fechar escolas ou não e que tipo de decisões tomar. Mas o especialista apela: "não usem essa declaração para justificar um abandono da estratégia de contenção. Não é uma desculpa para desistir. Ainda podemos parar isso", insistiu.

Ryan acredita que governos precisam rever suas estratégias a partir de agora e estabelecer suas prioridades. "Nada disso vai mudar o que fazemos. Apenas pedimos medidas mais agressivas e duras", insistiu.

Uma das questões centrais é o impacto de um número elevado de casos sobre sistemas de saúde já frágeis. "Governos precisam avaliar se vão aceitar que a doença vai se proliferar e apenas focar em reduzir fatalidades", disse.

Um exemplo usado por Ryan é o da Itália, onde 900 pessoas em UTI, colocando serviços em ponto de ruptura. "Esse não é mais uma questão apenas para o ministério da Saúde. Mas para sociedades inteiras", completou.

**** Este texto não reflete, necessariamente, a opinião do UOL**

COMUNICAR ERRO 

NEWSLETTERS | **UOL** RESUMO DO DIA

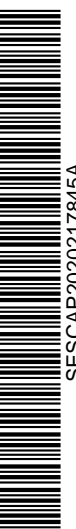
Para começar e terminar o dia bem informado.

Preencha seu email

CADASTRAR

VEJA TAMBÉM

Topo





OMS declara pandemia de novo coronavírus



11/03/2020 18h42

Genebra, 11 (EFE).- A Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou nesta quarta-feira que o coronavírus causador da doença Covid-19 já pode ser definido como uma "pandemia", após o número de casos fora da China ter se multiplicado por 13 em duas semanas e o de países afetados ter triplicado no mesmo período.

"A OMS estima que a Covid-19 pode ser caracterizada como uma pandemia", declarou o diretor-general da entidade, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em entrevista coletiva.

"Podemos esperar que os números de casos, de mortes e de países afetados aumente (nos próximos dias)", acrescentou o médico etíope.

O principal diretor da OMS explicou que a nova definição da Covid-19 como pandemia "não mudará" o que a entidade está fazendo "e o que os países devem fazer", em relação aos esforços para concentrar as estratégias mais na contenção para evitar novos casos do que na mitigação dos casos existentes.

"Essa pandemia não é apenas uma crise de saúde pública, ela afeta todos os setores, e todos os governos e sociedades devem estar envolvidos na luta", disse Adhanom.

Segundo o diretor da OMS para Emergências Sanitárias, Mike Ryan, considerar o coronavírus uma pandemia foi uma decisão tomada após longas horas de estudo com especialistas dentro e fora da organização e "deve estimular que sejam tomadas ações mais agressivas e intensas".

↑
TOPO





À
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Coordenadoria Geral da Administração
A/C – Sra. Luciane Vieira de Jesus

A empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI – EPP**, estabelecida à Rua Francisco Marinho, nº 229 – Vila Baruel – São Paulo/SP – CEP 02523-070, Fone/fax : 11 2614 9149 , contato@vedanasaude.com.br, inscrita no CNPJ sob nº .06.972.729/0001-06, neste ato representada por **FABIANA CRISTINA SARAIVA**, DIRETORA/REPRESENTANTE LEGAL, RG : 26.411.330-9, CPF 254.989.058-23, propõe fornecer o material conforme abaixo discriminado:

ITEM 01	QUANTIDADE : 10.000
DESCRIÇÃO	AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, IMPERMEÁVEL – SSMSS interno com laminado externo, 50 Gr. , tiras de amarração ao corpo do avental, velcro p/ fechamento da gola, BARREIRA MICROBIANA E VIRAL , pacote com 10 unidades MARCA : TENCYL OVER FABRICANTE : VENKURI IND E COM RMS 10366900022
VALOR UNITÁRIO	R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA : R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)

Rua Francisco Marinho, 229 – Casa Verde – São Paulo – SP – Cep.: 02523-070
Tel: (11) 2614-9149 – Fax: (11) 2769-0424 – CNPJ: 06.972.729/0001-06



Autenticado com senha por **FABIO FRANCISCO NASCIMENTO** - 22/04/2020 às 14:07:38.
Documento Nº: 4415898-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415898-1423>



SESCAP2020217852A



Validade desta proposta é de 30(Trinta) dias corridos

Prazo de Pagamento : 03 (Três) dias a partir de cada entrega realizada

Prazo de entrega : Até 24/04 = 10.000 unidades

São Paulo, 17 de Abril de 2020

Fabiana Cristina Saraiva

Diretora / Representante Legal

06.972.729/0001-06

VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E
SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP

R. Francisco Marinho, 229
Casa Verde CEP: 02523-070
SÃO PAULO - SP

Rua Francisco Marinho, 229 – Casa Verde – São Paulo – SP – Cep.: 02523-070
Tel: (11) 2614-9149 – Fax: (11) 2769-0424 – CNPJ: 06.972.729/0001-06



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 22/04/2020 às 14:07:38.
Documento Nº: 4415898-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415898-1423>



SESCAP2020217852A



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 8/2020

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com detalhada justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Cuida-se de proposta de adoção de parecer referencial, nos termos da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015¹, com o objetivo de traçar orientação jurídica uniforme em hipóteses de **aquisição direta por dispensa de licitação**, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

¹ “Artigo 1º - Fica admitida a elaboração de Parecer Referencial, a critério da chefia da Consultoria Jurídica, quando houver processos e expedientes administrativos com os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, para os quais seja possível estabelecer orientação jurídica uniforme, cuja observância dependa de mera conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos.

§1º - Considera-se Parecer Referencial a peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ou paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

§2º - A juntada de cópia do Parecer Referencial em processo ou expediente administrativo dispensa a análise individualizada pelas Consultorias Jurídicas”.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

2. Considerando- se a peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva e singeleza da atividade desempenhada pelo órgão jurídico, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93.

É o relatório.

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação em vigor, as normas infralegais e as **orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero**.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica**.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

- a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e
- b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, desde que a **situação de urgência/emergência** relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja **perfeitamente caracterizada e devidamente justificada** nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º:

Art. 4º - Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

*§ 1º - A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e **aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.***

§ 2º - Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e que constitui faculdade do Administrador.

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório. Para tanto, deverá ter em conta que emergência significa necessidade de **atendimento imediato** a certos interesses, sendo que a demora nesse atendimento implicaria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Em outras palavras, deverá verificar se a urgência realmente existe, e se a contratação pretendida é a melhor possível nas circunstâncias.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

13. No tocante à caracterização da situação emergencial, a permitir a aquisição mediante dispensa de licitação, Marçal Justen Filho² ensina:

“Para dispensa da licitação em situação emergencial ou de calamidade pública, incumbe à Administração avaliar a presença de dois requisitos:

a) Demonstração concreta e efetiva da potencialidade de dano: a urgência deve ser concreta e efetiva. Não se trata de urgência simplesmente teórica. Deve ser evidenciada a situação concreta existente, indicando-se os dados que evidenciam a urgência. (...) Não é qualquer ‘prejuízo’ que autoriza dispensa de licitação. O prejuízo deverá ser irreparável. Cabe comprovar se a contratação imediata evitará prejuízos que não possam ser recompostos posteriormente. O comprometimento à segurança significa o risco de destruição ou de sequelas à integridade física ou mental de pessoas ou, quanto a bens, o risco de seu perecimento ou deterioração.

(...)

b) Demonstração de que a contratação é via adequada e efetiva para eliminar o risco: a contratação imediata apenas será admissível se restar evidenciado que será instrumento adequado e eficiente de eliminar o risco. Se o risco de dano não for suprimido através da contratação, inexistente cabimento da dispensa de licitação.”

14. A **situação emergencial**, nos termos do inciso IV, do artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, alterada pela Lei federal nº 8.883/94, libera a Administração Pública da obrigação de realizar o prévio procedimento licitatório, desde que consignado e demonstrado o fato que deu origem à necessidade. Nesse sentido Hely Lopes Meirelles (*in* Licitação e Contrato Administrativo, 5ª edição, Ed. revista dos Tribunais, São Paulo, pp 5 e 6), com muita propriedade conceitua da seguinte forma:

“Situação de emergência é, pois, toda aquela que põe em perigo ou causa dano à segurança ou à saúde de pessoas, ou à incolumidade do patrimônio público ou particular de uma coletividade, exigindo rápidas providências do Poder Público para debelar ou minorar suas consequências lesivas.

A emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa da licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a Administração visa corrigir, ou com o prejuízo a ser evitado”.

14.1. Acrescentando, mais adiante:

² “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, ed. Dialética, 15ª ed., 2012, págs. 339/340.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

"Em tais casos, a autoridade pública responsável, verificando a urgência das medidas administrativas, pode declará-las de emergência e dispensar a licitação para as necessárias contratações, circunscritas à debelação do perigo ou à atenuação de danos a pessoas e bens públicos ou particulares. O reconhecimento da emergência é da valoração subjetiva, mas há de estar baseada em fatos consumados ou iminentes, comprovados ou previstos, que justifiquem a dispensa da licitação". (ob.cit.pp93/94).(g.n.).

15. A condição essencial que libera o certame é a **caracterização da urgência**. Nesse passo, oportuno buscar a lição doutrinária de Diógenes Gasparini:

"O atendimento de certas situações, pelo Poder Público, há de ser imediato, sob pena de a procrastinação causar prejuízos ou comprometer a segurança dos administrados, de obras, de bens ou de equipamentos. A emergência, como hipótese de dispensa de licitação consignada no inciso IV do artigo 24 do Estatuto, é caracterizada pela obrigação imediata ou urgente que tem a Administração Pública de evitar situações que possam causar prejuízos ou o comprometimento da segurança de pessoas, obras, bens e equipamentos. Nessas hipóteses, diz-se que a emergência é real. O suprimento de oxigênio no hospital municipal em caso de calamidade pública, o conserto do reservatório de água da cidade cujo vazamento ameace sua segurança e a restauração do equipamento de balsa, destruído por uma enchente anormal do rio, são exemplos de casos de emergência. Assim, não é emergência real a situação que deve ser resolvida de imediato (compra de distintivos, hoje para serem dados amanhã aos funcionários que completarem vinte anos de serviço público) quando dela já se tinha conhecimento muito tempo antes. Nessa hipótese, diz que a emergência é ficta, ou fabricada. Em tais casos, há negligência, não urgência. Apesar disso, contrata-se, e pela negligência, responderá a autoridade omissa". (Direito Administrativo, Editora Saraiva:1989, pp 214/215).(g.n.).

16. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de emergência, está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

17. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita no aludido inciso IV do artigo 24, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, e, em caso positivo, **descrevê-la, justificá-la e fundamentá-la**.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

17.1. Para que o administrador **declare a dispensa da licitação**, há necessidade de **motivação** do ato decisório, nos exatos termos do artigo 111 da Constituição do Estado de São Paulo, com os seus devidos fundamentos.

17.2. Ou seja, conforme ressalta MARÇAL JUSTEN FILHO *in obra citada*, pág. 332, “*em todos os casos, atribuição de competência discricionária não se confunde com liberação de motivação nem autoriza prevalência de motivos meramente subjetivos. Aliás, muito ao contrário, a competência discricionária demanda justificativas muito mais exaustivas e minuciosas do que a prática de ato vinculado.*”.

18. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, em que estejam presentes **todos** os requisitos acima especificados. Dispõe este artigo:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

19. Por seu turno, o artigo 26 do mesmo diploma legal estabelece, dentre outras disposições, que as situações de dispensa devem ser necessariamente justificadas e o processo, instruído com manifestação acerca da razão da escolha do fornecedor e justificativa do preço:

“Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."

(grifo nosso)

20. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III, que assim dispõe:

"Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa;

II - razão da escolha da empresa contratada;

III - justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso".

21. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base nesse dispositivo devem contar com ampla justificativa por parte do órgão responsável pela contratação, abordando pormenorizadamente os elementos elencados nos incisos do artigo 1º do Decreto estadual nº 40.320/1995 (caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa; razão da escolha da empresa contratada; justificativa do preço, **com a utilização de pesquisa de mercado**, se for o caso), fornecendo elementos à autoridade competente para que delibere de forma fundamentada acerca da pretendida contratação direta por dispensa de licitação.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

22. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93³, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016⁴, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993⁵. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$ 1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

23. Também deverá constar dos autos a **justificativa do preço**, com a **utilização de pesquisa de mercado**, a fim de que a Administração avalie a melhor proposta e, com base nesta, declare a razoabilidade dos preços.

³ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

⁴ Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

⁵ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

24. Ademais, nos termos do parágrafo único, incisos II e III do artigo 26, da Lei federal nº 8.666/93 e artigo 1º, inciso II e III do Decreto estadual nº 40.320/1995, acima transcritos, deverá ser justificada a razão da escolha da empresa que será contratada.

25. Como visto, à Administração cabe demonstrar que o preço cobrado é compatível com o preço praticado no mercado e na aquisição dos mesmos bens por outros órgãos ou entidades da Administração estadual.

26. Assim, dever estar justificada a **razoabilidade dos preços**, atendendo-se o princípio da motivação dos atos administrativos (artigo 111 da Constituição do Estado).

27. Cabe, outrossim, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento na Lei nº 8.666/93**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

28. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

29. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

30. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação, sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

contratação (fixando o prazo para entrega dos bens), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar o exercício financeiro em curso), condições de pagamento, etc...

31. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

32. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

- a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração;
- b) certidões de regularidade fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, sob pena da mesma não poder se concretizar, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões;
- c) justificativa técnica;
- d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;
- e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial,





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 ⁷, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

⁶**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

⁷ **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

redação:

“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”.(NR)

⁸Parágrafo único - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no “caput” deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portalttransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública causada pelo coronavírus.**

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 13 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES
Procuradora do Estado





fls. 1

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA
SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º
8/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete
para ciência do inteiro teor do parecer retro, com proposta de divulgação entre todas as
unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 13 de março de 2020.

LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 925/2020

Trata o presente de aquisição de avental Descartável Laminado para atender o enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Ofício CRP 154/2020, às fls. 02 e Termo de Referência, às fls. 03.

Considerando a proposta da empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP**, às fls. 20/21, propomos o envio dos autos ao Senhor Coordenador da CGA para, se de acordo, encaminhá-lo ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins da **efetiva reserva de recursos orçamentários** para o atendimento da despesa, conforme valores abaixo descritos, por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores, natureza de despesa: 339030.

- R\$ 270.000,00 (duzentos setenta mil reais), valor total da aquisição.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: DESPACHO CGA Nº 941/2020

De acordo.

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF** para fins de reserva no valor indicado, devendo onerar a **UGE 090102**, retornando, com urgência ao **Núcleo de Compras** para prosseguimento.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAL LAMINADO PARA O ATENDIMENTO DO PLANO DE CONTINGENCIA DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17833

Atendendo a solicitação, reservamos o recurso orçamentário conforme informação

UGE	090102	Coordenadoria Geral de Administração
PROCESSO	0202017833	Nº RESERVA ----->
FONTE	005.001.133 - Fundes/Tesouro	ND - DESPESA PTRES FUI
MODALIDADE	Dispensa de Licitação	339030 90111
VALOR	R\$ 270.000,00	

(duzentos e setenta mil reais)

atendendo quatro bases, de acordo com disponibilidade orçamentária e sofrendo impacto orçamentário financeiro no exercício corrente.

Informamos, também, a existência de adequação orçamentária e financeira com o Orçamento Anual, estando compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ao Ordenador da Despesa para ciência e manifestação.

__ SIAFEM2020-EXEORC,CONSULTAS,CONNR (CONSULTA NOTA DE RESERVA)

CONSULTA EM 22/04/2020 AS 18:26 USUARIO : ROCHA
DATA EMISSAO : 22ABR2020 NUMERO : 2020NR00548
UNIDADE GESTORA : 090102 COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
EVENTO : 201100 PTRES : 090111 PROCESSO : 2020/17833
DATA LANC.: 22ABR2020
PROGRAMA DE FONTE NATUREZA PLANO
UO TRABALHO RECURSO DESPESA UGR INTERNO VALOR
09001 10302093048500000 005001133 339030 090010 270.000,00
----- CRONOGRAMA DA COTA -----
MES VALOR MES VALOR
04 270.000,00

Classif. documental 004.01.04.002



SESINF202036843A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

RESERVA PARA ATENDER COM
AQUISIÇÃO DE AVENTAL DESCARTÁVEL LAMINADO PARA ATENDIMENTO DE
PLANO DE
CONTIGENCIA COVID19
LANCADO POR : SILVIA MARIA ROCHA - 090010 EM 22ABR2020 AS 18:26 HS

São Paulo, 22 de abril de 2020.

ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAL LAMINADO PARA O ATENDIMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17833

À vista da informação do GCF, declaro que a referida despesa encontra-se em conformidade com os Artigos: 15, 16 e 17 da Lei Complementar: 101 de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e que possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Restitua-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 22 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador



22/04/2020

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

Governo do Estado de São Paulo
Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo -
CAUFESP

Dados Cadastrais

CNPJ: 06.972.729/0001-06
Razão Social: VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI
Nome Fantasia: VEDANA
Tipo Pessoa: Pessoa Jurídica
Natureza Jurídica: EMP. INDIV. RESPONS. LIMITADA-EIRELI (EMPRESÁRIA)
Capital Social: 70.000,00
Data Capital Social: 13/02/2013
Inscrição Estadual: 148539940115
Inscrição Municipal: 3.912.647-1
Tipo de Registro: Registro Cadastral (RC)
Órgão Fiscalizador: Sim
Negociações Eletrônicas: Sim
Atividades: Indústria e/ou Comércio e Prestação de Serviços
Ente Federativo/Entidade Conveniada: 1-GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Órgão/Entidade: 29000-SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Unidade Cadastradora: 292401-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUBLICO ESTADUAL
Endereço da Unidade Cadastradora: AV. IBIRAPUERA, 981 - 3.ANDAR - SAO PAULO - 011 4573-8000 - 04029000

Dados Cadastrais

Situação Fornecedor: Atualização Cadastral - Em elaboração

Endereços

Endereço: RUA FRANCISCO MARINHO, 229
Tipo: SEDE
Bairro: CASA VERDE
CEP: 02523070
Município: São Paulo
UF: SP
Email Comercial: contato@vedanasauade.com.br
Telefone1: (11) 26149149 Ramal:0
Telefone2: (11) 26149151 Ramal:0
Fax: (11) 27690424 Ramal:0
Site:

Junta Comercial/Cartório

Cartório/Junta Comercial	Registro	Data
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	35600027197	25/03/2009

Órgão Fiscalizador

Registro	Órgão	Validade	Aprovação
53330	Conselho Regional de Farmácia - CRF	05/02/2020	02/05/2019
CMVS-35503080146400129313	Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária Estadual / Municipal	08/05/2021	07/08/2018
U7569077XX00	Autorização de Funcionamento da ANVISA	15/08/2017	19/08/2016

Linha de Fornecimento

Classe	Descrição
305	SERVICOS DE NUTRICAO E ALIMENTACAO DE PRESOS - VOLUME 05
306	SERVICOS DE NUTRICAO E ALIMENTACAO AOS ADOLESCENTES - FUNDACAO CASA - VOLUME 06
308	SERVICOS DE NUTRICAO E ALIMENTACAO HOSPITALAR -VOLUME 08

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

1/4



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
 Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A

22/04/2020 [https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

309	SERVICOS DE NUTRICAO E ALIMENTACAO A SERVIDORES E EMPREGADOS - VOLUME 09
399	SERVICOS TERCEIRIZADOS DE USO ESPECIFICOS E EVENTUAIS
502	SERVICOS DE MANUTENCOES EM EQUIPAMENTOS MEDICOS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS
509	SERVICOS DE MANUTENCOES EM EQUIPAMENTOS DE LABORATORIO
703	SERVICOS DE LOCACOES DE MOBILIARIOS
727	SERVICOS DE LOCACOES DE VESTUARIOS E ASSEMBLHADOS
730	SERV.DE LOC.DE MAQUINAS/EQUIP.MEDICO-HOSPITALARES/LABORATORIAS/ODONTOLÓGICOS E INSTRUMENTAIS CIRURGICOS
805	SERVICOS DE NUTRICOES E ALIMENTACOES
847	SERVICOS DE PRODUCOES DE MATERIAIS DE PROTECAO E SALVAMENTO
4240	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PARA SEGURANCA E SALVAMENTO
6501	MOBILIARIOS MEDICO HOSPITALARES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6502	COMPONENTES PARA MOBILIARIOS MEDICO HOSPITALARES SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6503	MOBILIARIOS MEDICO HOSPITALARES SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6504	EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SEM REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6506	EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6507	COMPONENTES PARA EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6508	INSUMOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6510	EQUIPAMENTOS E MOBILIARIOS DE USO ODONTOLÓGICO SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6511	EQUIPAMENTOS E MOBILIARIOS DE USO ODONTOLÓGICO COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6513	INSUMOS DE USO ODONTOLÓGICO COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6514	INSTRUMENTAIS DE USO ODONTOLÓGICO COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6515	COMPONENTES PARA EQUIPAMENTOS DE USO ODONTOLÓGICO SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA
6517	INSUMOS DE USO ODONTOLÓGICO SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6518	COMPONENTES PARA EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA
6521	INSTRUMENTAIS DE USO MEDICO, CIRURGICO OU HOSPITALAR COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6525	MATERIAL DE USO TECNICO HOSPITALAR SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA
6526	MATERIAIS DE USO TECNICO HOSPITALAR COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6529	SACOS PARA COLETA DE LIXO E SACOS DE HAMPER SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6530	COMPOSTOS E PREPARADOS PARA LIMPEZA HOSPITALAR COM NOTIFICACAO /REGISTRO NA ANVISA
6531	MEDICAMENTOS COM OU SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6541	SOLUCOES ANTI-SEPTICAS COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6542	SOLUCOES SANEANTES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6551	BOLSAS E ACESSORIOS DE OSTOMIA COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6556	ORTESES, PROTESES E MATERIAIS AUXILIARES COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6557	MATERIAIS DE IMPLANTES CIRURGICOS COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6565	EQUIPAMENTOS DE USO LABORATORIAL COM REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6566	EQUIPAMENTOS DE USO LABORATORIAL SEM REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6567	COMPONENTES DE EQUIPAMENTOS DE USO LABORATORIAL, SEM REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6568	INSUMOS DE EQUIPAMENTOS DE USO LABORATORIAL, COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6571	VIDRARIAS, CORRELATOS E INSUMOS P/ USO LABORATORIAL, SEM REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6577	TIRAS REAGENTES, COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6586	INSUMOS PARA AS AREAS HEMATOLOGICAS E HEMOTERICAS COM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
6591	MATERIAIS ESPECIFICOS PARA TREINAMENTO EM SAUDE SEM NOTIFICACAO/REGISTRO NA ANVISA DO PRODUTO
8105	SACOS, BOLSAS, SACOLAS E SIMILARES
8150	RECIPIENTES E EMBALAGENS PARA INDUSTRIALIZACAO DE PRODUTOS DE USO MEDICO-HOSPITALAR
8431	VESTUARIOS EM GERAL
8510	PRODUTOS PARA HIGIENE PESSOAL
8950	ALIMENTOS DIETETICOS E PARA DIETAS ESPECIAIS

Responsáveis

CPF	Nome	Telefone	E-mail	Responsabilidade	Procedimento
25498905823	FABIANA CRISTINA SARAIVA	55 11 33842263	contato@vedanasaude.com.br	Sócio/Participação na Administração	CAUFESP/ELETRÔNICO

Enquadramento

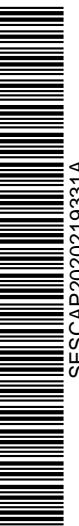
Enquadramento da Empresa:	EPP
Documento:	JT Atual..pdf
Simples Nacional:	SIM
Data de Opção:	01/11/2019
Informado em:	05/11/2019 09:42:27

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

2/4



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A

22/04/2020 [https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

Validado em:

Documentação

Documento	Validade	Aprovação
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	31/10/2018	07/08/2018
Certidão de Tributos Estaduais	07/09/2018	07/08/2018
Certidão de Tributos Municipais	21/01/2019	07/08/2018
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	14/07/2020	INFORMAÇÃO DISPONIBILIZADA AUTOMATICAMENTE PELO ÓRGÃO EMISSOR
Certidão Negativa de Falência e Concordata	14/09/2018	07/08/2018
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	20/01/2019	07/08/2018

Dados Contábeis

Exercício: 2018

Balanco	Valor
Ativo	
Circulante	4.652.066,96
Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	0,00
Investimentos	0,00
Imobilizado	20.337,01
Intangível	0,00
Diferido	0,00
Ativo Total	4.672.403,97
Passivo	
Circulante	988.339,03
Não Circulante	
Exigível a Longo Prazo	0,00
Refis	1.111.447,12
Resultados não Realizados	0,00
Patrimônio Líquido	2.572.617,82
Passivo Total	4.672.403,97

"Exercício Social Encerrado em: " 31/12/2018
 Apresentar novo balanço em: 30/04/2020
 Data de Aprovação: 02/05/2019

Detalhamento do Patrimônio Líquido:	
Capital Social	150.000,00
Reservas de Capital	0,00
Reservas de Lucro	2.422.617,82
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00
Ações em Tesouraria	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00

Índices Contábeis:

Liquidez Geral: 4,71
Liquidez Corrente: 4,71
Imobilização: 0,01
Endividamento Total: 0,21

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

3/4



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
 Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A

22/04/2020 [https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

Solvência Geral: 4,73

Validade do RC: 30/04/2020

Ficha cadastral gerada em: 22/04/2020 14:55:35

[https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/\(S\(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq\)\)/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/CAUFESP/(S(iuyvicptu00a3c04v3qppzeq))/Fornecedor/FornecedorCadastroCompletoImpressao.aspx)

4/4



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



22/04/2020

Consulta Regularidade do Empregador

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF****Inscrição:** 06.972.729/0001-06**Razão Social:** VEDANA COM DE PRODUTOS E SERVICOS P SAUDE EIRELI**Endereço:** R FRANCISCO MARINHO 229 / CASA VERDE / SAO PAULO / SP / 02523-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/03/2020 a 14/07/2020**Certificação Número:** 2020031702302600036318

Informação obtida em 22/04/2020 14:57:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
 FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI
CNPJ: 06.972.729/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:06:21 do dia 06/03/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/09/2020.

Código de controle da certidão: **F2F3.BC03.3E49.8B4F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
 Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Positiva de Débitos
Inscritos na Dívida Ativa

CNPJ BASE: 06972729

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

Inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a) constam os seguintes débitos tributários:

Relativos a ICMS Declarado

Origem: SECRETARIA DA FAZENDA

CNPJ: 06.972.729/0001-06

IE: 148539940115

CDA	Situação
1.269.481.701	Inscrito / Parcelado
1.269.481.712	Inscrito / Parcelado
1.269.481.723	Inscrito / Parcelado
1.271.673.977	Inscrito / Parcelado
1.271.673.988	Inscrito / Parcelado
1.272.102.692	Inscrito / Parcelado
1.272.102.704	Inscrito / Parcelado

Anotação SEFAZ:

A CERTIDÃO POSITIVA TEM EFEITO DE NEGATIVA PARA OS DÉBITOS ACIMA CITADOS CONFORME MANIFESTAÇÃO DA D. SUBPROCURADORIA FISCAL PF-5 EXARADA EM 06/11/2019 PGE-EXP 1000061-02270/2019. PARA ELABORAÇÃO DA CERTIDÃO FORAM PESQUISADOS TODOS OS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA ATÉ A PRESENTE DATA.

Final da Certidão

Local de emissão : DRTC - I	Responsável : Edilma Cristina O. S. Vieira Supervisora - DEAT/CPA RG: 21.344.246
CRDA nº 24194901 Folha 1 de 1 Data e hora da emissão 06/11/2019 16:19:52 (horário de Brasília) Prazo de validade da certidão: 06 (SEIS) mês(es) conforme portaria CAT NR. 20 de 01/04/1998 (DOE de 02/04/1998).	





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.972.729/0001-06

Certidão nº: 9558524/2020

Expedição: 22/04/2020, às 14:58:03

Validade: 18/10/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE E I R E L I (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.972.729/0001-06**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A

22/04/2020

Governo do Estado de São Paulo

[Imprimir](#)[Baixar PDF](#)

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais
CADIN Estadual

Informações Cadastrais**CNPJ/CPF: 06.972.729/0001-06****Não foram encontradas pendências no Cadastro de Créditos não quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL.****Pesquisa realizada em: 22/04/2020 às 14:59:44**

Se você recebeu o comunicado CADIN regularize sua situação em 90 (noventa) dias contados a partir da data de expedição do mesmo.

Este documento não tem validade de Certidão Negativa.

Em conformidade com a Lei Estadual nº 12.799/2008 a inexistência de registro no CADIN Estadual:

- Não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem dispensa a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos. (artigo 7º)
- Não impede a consulta prévia pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta ao sistema CADIN Estadual. (artigo 6º)
- Aos registros incluídos após a emissão da declaração cabe a aplicação do parágrafo 1º do artigo 6º.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada na página da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, endereço: https://www.fazenda.sp.gov.br/cadin_estadual/pages/publ/cadin.aspx

Código da Declaração: 8A77DBBC.D02B192B.6D190B9F.496FB092

EMIÇÃO GRATUITA

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

22/04/2020

E-Sanções

Fazenda e Planejamento



Bolsa Eletrônica de Compras SP

Perguntas Frequentes

Fale Conosco

Mural

Legislação

Minutas Edital

Fornecedores

Catálogo

Comunicação

Manuais

15:00:34

Pesquisa Sanções por Fornecedor

Razão Social

CNPJ/CPF

06972729000106

Ordenar Por

Buscar

Exibir Todos

Imprimir Guia Selecionada

Data e Hora da Consulta:

quarta-feira, 22 de abril de 2020 às 15:00

CNPJ/CPF - Razão Social ou Nome:

06.972.729/0001-06 - VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI

Foram encontradas as seguintes sanções:

1(uma) Multa

[Clique aqui](http://www.portaltransparencia.gov.br) para consultar a declaração de inidoneidade para licitar e contratar no portal da transparência do cadastro nacional de empresas inidôneas e suspensas(CEIS)(www.portaltransparencia.gov.br).

Sanções Restritivas

Multas

Advertências

Visualizar	Poder	Secretaria/Órgão	U.G.E.	Número do Processo	Tipo de Pessoa	Razão Social/Nome	CNPJ/CPF	Tipo de Sanção	Valor Multa
Visualizar	PODER EXECUTIVO	SECRETARIA DA SAUDE	COORD. GERAL ADMINIST. - CGA	2262/2017	Jurídica	VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIRELI	06972729000106	Multa	R\$3.294,00

Voltar

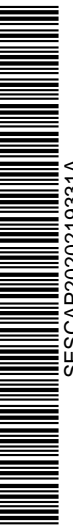
Para contato transmitir mensagem pelo Fale Conosco selecionando a opção mais adequada: e-Sanções-Dúvidas ou Solicitações ou Sugestões ou Reclamações

https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx

1/2



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



SESCAP2020219331A

22/04/2020

E-Sanções

Ouvidoria

| Transparência

| SIC



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo - Av. Rangel Pestana, 300 - São Paulo / SP - 01017-911 - CNPJ: 46.377.222/0001-29

https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx

2/2



Autenticado com senha por ADRIANA DE ARAÚJO MARQUES - 23/04/2020 às 06:46:21.
Documento Nº: 4432701-1423 - consulta à autenticidade em <https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4432701-1423>



22/04/2020

Detalhamento das Sanções Vigentes - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS - Portal da transparência

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 06972729000106

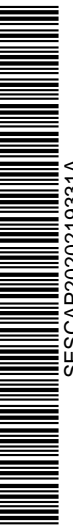
Tipo de sanção: Inidoneidade - Lei de Licitações

LIMPAR

Data da consulta: 22/04/2020 14:57:47

Data da última atualização: 22/04/2020 12:00:09

DETALHAR	CNPJ/CPF DO SANCIONADO	NOME DO SANCIONADO	UF DO SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	TIPO DA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado							





Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (22/04/2020 às 15:16) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 06.972.729/0001-06.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 5EA0.8A19.286C.4417 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 936/2020

Encaminhem-se os autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para informar quanto às deliberações a serem adotadas para a aquisição de Avental Descartável Laminado por meio de **Dispensa de Licitação**, com fundamento no inciso IV do art. 24 da Lei Federal 8666/93 e atualizações posteriores.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: DESPACHO CGA Nº 946/2020

Face ao que consta dos autos, **DELIBERO** quanto ao solicitado nos seguintes termos:

I) AUTORIZO a DISPENSA DE LICITAÇÃO visando a aquisição de Avental Descartável Laminado, em caráter emergencial com fundamento no inciso IV do art. 24 da LF 8.666/93 e atualizações posteriores, cujas características mínimas e quantidades estão definidos no Termo de Referência às fls. 03.

II) DEFINIÇÃO DO OBJETO: A aquisição de máscaras de proteção, constantes do termo de referência, é considerado de **natureza comum**, pois é definido claramente nos autos, por meio de especificações usuais no mercado.

III) JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO: Tal pleito visa atender as medidas estabelecidas para atender o enfrentamento de calamidade decorrente do coronavírus (COVID-19) através do Decreto Estadual nº 64.879 de 20/03/2020.

IV) APROVO o Termo de Referência, constante de fls. 03, nos termos do inciso I, parágrafo 2º, artigo 7º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações, ficando dispensado a apresentação de Projeto Executivo.

V) Demonstrar a disponibilidade de recursos orçamentários constando a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatível com o Plano Plurianual e a de Diretrizes Orçamentárias.

VI) DEFINO que os documentos necessários para a habilitação são os referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Qualificação Econômica-Financeira e Qualificação Técnica, conforme disposto na Lei 8.666/93 e atualizações:

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

Classif. documental

004.01.04.002



SESDES202069499A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa.

2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;
 - a.1). Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea "a" deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.
 - a.2). Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

VII) DETERMINO que a entrega seja de acordo com o cronograma do termo de referência, a partir do recebimento da Nota de Empenho.





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

VIII) DETERMINO que o regime de execução deverá ser de empreitada por preço unitário.

IX) DETERMINO a dispensada da prestação de garantia para a contratação dos serviços, conforme previsto no caput do artigo 56 da LF n.º 8.666/93 e atualizações posteriores, por se tratar de contratação emergencial com prazo previsto de encerramento.

X) DETERMINO que se a CONTRATADA inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.º 8.666/93.

- A sanção poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS n.º 26 de 09 de fevereiro de 1990, e demais cominações legais, garantida a defesa prévia devendo ser registrada no endereço eletrônico **www.sancoes.sp.gov.br**, pela autoridade responsável pela aplicação, migrando automaticamente para o CAUFESP, nos termos do art. 26 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 52.205, de 27 de setembro de 2007, e também nos sistemas mantidos pela Administração Autárquica.

Retorne ao Núcleo de Compras, para as providências decorrentes.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





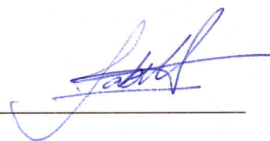
DECLARAÇÃO

Eu Fabiana Cristina Saraiva, RG nº 26.311.330-9, CPF nº 254.989.058-23

DECLARO, sob as penas da Lei, que a empresa Vedana Comércio de Produtos e Serviços para Saúde.

- a) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;
- b) não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999; e
- c) cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

São Paulo, 23/04/2020



Fabiana Cristina Saraiva
Diretora/Representante Legal

06.972.729/0001-06
VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E
SERVIÇOS PARA SAUDE EIRELI EPP
R. Francisco Marinho, 229
Casa Verde CEP 02523-070
SÃO PAULO - SP

Rua Francisco Marinho, 229 – Casa Verde – São Paulo – SP – Cep.: 02523-070
Tel: (11) 2614-9149 – Fax: (11) 2769-0424 – CNPJ: 06.972.729/0001-06





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 942/2020

Trata o presente de aquisição de Avental Descartável Laminado para enfrentamento Plano de contingência COVID-19.

Os autos encontram-se instruídos da seguinte maneira:

- Ofício de solicitação, às fls. 02;
- Termo de Referência, às fls. 03;
- Código Siafísico, às fls. 04;
- Decreto nº 64.879 de 20/03/2020, às fls. 05/07;
- Proposta da empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP**, às fls. 20/21;
- Parecer Referencial, às fls. 22/37;
- Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão de Débitos Tributários não inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo, Certidão de Falência e Concordata, Sanções, Estaduais, Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade e Cadin Estadual, às fls. 43/55;
- Reserva de Recursos Orçamentários, às fls. 40/41;
- Deliberação, às fls. 57/59;
- Declaração da empresa, às fls. 60.

À vista do exposto, propomos o encaminhamento dos autos ao **Senhor Coordenador da CGA** para ser autorizada a **Dispensa de Licitação com fundamento no inciso IV artigo 24 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações** devendo o ato ser ratificado pelo Senhor Chefe de Gabinete, conforme artigo 26 da referida legislação.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Classif. documental

004.01.04.002



SESINF202037013A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: Despacho CGA nº 949/2020

De acordo.

À vista dos elementos constantes dos autos **DISPENSO A LICITAÇÃO**, com fundamento no inciso IV do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, para a aquisição de Avental Descartável Laminado para enfrentamento Plano de contingência COVID-19, a favor da empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP** no valor total de **R\$ 270.000,00** (duzentos setenta mil reais).

À consideração do Senhor Chefe de Gabinete para, se de acordo, ratificar a mencionada **dispensa**, nos termos do artigo 26 da mesma legislação.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Adhemar Dizioli Fernandes
COORDENADOR
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete
SECRETARIA DA SAÚDE

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: Despacho GS nº 2783/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como na Lei federal 13.979/20, e suas atualizações, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência, a urgência notória e a razoabilidade, o **ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 63 que declara a** Dispensa de licitação para a aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19, a favor da empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP.**

Restitua-se à Núcleo de Compras, para demais providências.

São Paulo, 23 de abril de 2020.

Eduardo Barbin
Chefe de Gabinete
GABINETE DO SECRETÁRIO - Chefia de Gabinete



DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE DE 23/04/2020


SES-PRC-2020/17833

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 56/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, **RATIFICO** se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 63 que declara a **Dispensa de licitação** para a aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19, a favor da empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP.**



1 - Atestamos a transmissão deste arquivo, reiterando a responsabilidade integral do publicante quanto ao seu conteúdo;
2 - Sua publicação fica condicionada ao atendimento das normas de publicação dos cadernos do Diário Oficial.

A seguinte licitação foi recebida com sucesso:
Comprovante de recebimento n. 7812654
Publicante: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Endereço: Avenida Doutor Arnaldo, 351, Pacaembu, CEP: 01246000, São Paulo, SP
Nome do Usuário: Adriana de Araújo Lima
CPF do Usuário: 263.985.028-84
Anunciante: Secretaria Estadual da Saúde - Gabinete do Secretário
Caderno: Executivo I
Secao: Gabinete do Secretário
Modalidade: DISPENSA
Número: 56/2020
Evento: RATIFICACAO/AUTORIZACAO
Natureza: Materiais e Equipamentos
Grupo: Artigos e Equipamentos de Uso Médico, Odontológico e Hospitalar
Objeto da Licitação: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19
Processo: SES-PRC 2020/17833
Local de Execução: São Paulo
Data de Publicação: 25/04/2020
Síntese: Texto transformado em arquivo - HASH 85C2FB860B233C29A0D5BF8B9E0D69F9
Nota:
Nota de Reserva:
Total Previsto: 270.000,00
Arquivo: E1.LAA.75.002

Submit





Governo do Estado de São Paulo

CONTRATO DE EMPENHO 2020CT00531

No. do Documento	2020CT00531	Data de Emissão	24ABR2020	Evento	400051 - DESPESAS COM RESERVA
Unidade Gestora	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA				
Gestão	00001				
Fonte	005001133				
Natureza da Despesa	33903031	PTRES	090111		
UGR	090010				
Favorecido	06972729000106 - VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVICOS PARA SAUDE EIREL				
Data de Entrega Prevista	27ABR2020				
Modalidade do Empenho	1 - ORDINARIO	Tipo de Aquisição	2 - MATERIAL		
Tipo de Compra/Licitação	05 - DISP. LICIT	Referência Legal	INC IV ART. 24		
Origem do Material	1 - NACIONAL	Número do Processo	2020/17833		
Número do Contrato Fornecedor		Plano Interno	0100		
Número do Edital					
Valor a Empenhar	270.000,00				
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS, 406				
Bairro	BOM RETIRO				
Cidade	SÃO PAULO				
CEP	01131-000				
Informações Adicionais					

Cronograma		
	Mês	Valor
	01	
	02	
	03	
	04	270.000,00
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	

Sequência	001	Item	00560552-0	Unid. Forn.	00001
Quantidade	10000,000	Valor Unitário	27,00	Preço Total	270.000,00
Descrição					
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO SSMMSS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, CO M BARREIRA VIRAL E MICROBIANA, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COMPRIMENTO MINIMO DE 1,30M E LARGURA DE 1,40M, TAMANHO GRANDE, COM MANGA LONGA, COM PUNHO ELASTICO OU MALHA CANELADA, DECOTE COM VIES; FECHAMENTO POSTERIOR POR VELCRO NO PESCOC O E NA CINTURA COM AMARRILHOS; NAO ESTERIL, EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE					





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 955/2020

Encaminhe-se ao **Grupo de Controle Financeiro da CGOF**, para fins de contabilização da CT sob nº 2020CT00531.

São Paulo, 24 de abril de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO
SECRETARIA DA SAÚDE

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: AQUISIÇÃO DE AVENTAL LAMINADO PARA O ATENDIMENTO DO PLANO DE CONTIGENCIA DO COVID19

Número de referência: SES-PRC-2020/17833

Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Nº EMPENHO (S) ----->

2020NE00588

VALOR EMPENHO (S) ----->

R\$ 270.000,00

Providenciada a emissão da(s) Nota(s) de Empenho, por este Grupo de Controle Financeiro, encaminhe-se à apreciação do Ordenador da Despesa para, se de acordo, autorizar a referida despesa.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras/CGA para prosseguimento

São Paulo, 24 de abril de 2020.

ROSANA MARQUES DE OLIVEIRA
Diretor Técnico III
CGOF / GRUPO DE CONTROLE FINANCEIRO





Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00588

UG	090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA					
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO					
Data de Emissão	24/04/2020					
CNPJ/CPF/UG	06972729000106					
Credor	VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ SAUDE					
Endereço	R. FRANCISCO MARINHO, 229 CASA VERDE					
Cidade	SAO PAULO	UF	SP	CEP	02523-070	

Origem Material	1
------------------------	---

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI
400051	09001	10302093048500000	005001133	33903031	090010	000.000.0100

No Processo	2020/17833	Acordo				
Tipo de Empenho	9 - DESPESA NORMAL	Ref Dispensa	INC IV ART. 24			
Licitação	05 - DISPENSA LICIT.	Modalidade	1 - ORDINARIO			
Empenho Orig.		Nº Contrato	2020CT00531	Nº OC		

Valor do Empenho R\$	270.000,00 (DUZENTOS E SETENTA MIL REAIS)
-----------------------------	---

Cronograma	
Mês	Valor
04	270.000,00

Sequência	001	Item	00560552-0	Unid. Forn.	00001
Quantidade	000010000,000	Valor Unitário	27,00	Preço Total	270.000,00

Descrição
AVENTAL DESCARTAVEL, EM NAO TECIDO SSMMSS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, COM BARREIRA VIRAL E MICROBIANA, ACABAMENTO EM OVERLOCK, COMPRIMENTO MINIMO DE 1,30M E LARGURA DE 1,40M, TAMANHO GRANDE, COM MANGA LONGA, COM PUNHO ELASTICO OU MALHA CANELADA, DECOTE COM VIES; FECHAMENTO POSTERIOR POR VELCRO NO PESCOCO E NA CINTURA COM AMARRILHOS; NAO ESTERIL, EM MATERIAL QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEGISLAÇÃO VIGENTE





Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	270.000,00
Local de Entrega	RUA DOS ITALIANOS, 406
Data de Entrega	27/04/2020

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES
130456788-58
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	14898757863
--------------------------	-------------



sábado, 25 de abril de 2020

Diário Oficial Poder Executivo - Seção I

São Paulo, 130 (80) – 141

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
Resumo de Termo de Contrato
Contrato nº: CDRS 006/2020
Objeto: prestação de serviços não contínuos de extensão de garantias de servidores e storage com manutenção corretiva e fornecimento de peças - que entre si celebram, de um lado o Estado de São Paulo, por meio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável e de outro a Natália Cubichani Furtado de Oliveira 36686813842
Processo SAA nº 11.411/2019
Contratado: Natália Cubichani Furtado de Oliveira 36686813842
Contratante: SAA – Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável
Modalidade: Pregão Eletrônico, da Lei Federal 10.520/2002 e suas alterações.
Valor: R\$ 32.000,00
Data: 07/04/2020
Programa de Trabalho: 20.606.1317.4453.0000
Classificação Econômica: 33903945
Notas de Empenho nº.: 2020NE00693
Vigência: Conforme Termo de Referência
Parecer Referencial CJSAA nº 305/2019 de 27/11/2019

EDUCAÇÃO**DIRETORIAS DE ENSINO****DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO**

COMUNICADO DO DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO
Tornado sem efeito a publicação abaixo de 17/04/2020 sem data prevista para abertura.
santa feia, 17 de abril de 2020 Diário Oficial Poder Executivo - Seção I São Paulo, 130 (75) – 139
Encontra-se aberta na DE – REGIÃO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, Pregão Eletrônico do tipo menor preço EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2019 Processo nº 09168/2019 Data e Hora da Abertura da Sessão Pública: 04/05/2020, às 10H00min. Objetivando Pregão para Prestação de serviços de limpeza predial na Diretoria de Ensino Região São Bernardo do Campo, do tipo menor preço através do endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE TABOÃO DA SERRA

TERMO DE RENEGOCIAÇÃO E REAJUSTE CONTRATUAL
A vista dos elementos instrutórios deste processo, em especial o Parecer Referencial CJSSE nº 22/2019, fls. 41/2421, no tocante à renegociação e reajuste, do contrato firmado entre as partes, conforme Ata de reunião, constante de fls. 409 do processo 1094338/2018 (NCFR 1095/002072016), AUTORIZO, com fundamento na legislação vigente, em especial o Decreto Estadual nº 48.326, de 12 de dezembro de 2003 e as disposições do artigo 2º da Resolução CC-79, de 12/12/2003, o reajuste do contrato nº 010/2016, firmado com a empresa Star Nutri Serviços EIRELI CNPJ/MF nº 19.891.214/0001-23, cujo objeto é a prestação de serviços contínuos de preparo e distribuição de refeições para os alunos da rede pública estadual, passando a base diária de R\$ 23.220,75 (vinte e três reais, trezentos e vinte reais e setenta e cinco centavos) para R\$ 24.029,62 (vinte e quatro mil, vinte e nove reais e sessenta e dois centavos), a partir de 19 de outubro de 2019, conforme demonstrativo abaixo:

PLANILHA DE PREÇOS
SERVIÇO - DESCRIÇÃO - QUANTIDADE DIÁRIA
(a) - VALOR UNITÁRIO (R\$)
(b) - VALOR DIÁRIO - QUANTIDADE DIÁRIA X VALOR UNITÁRIO (R\$)
(c) - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E PREPARO DE REFEIÇÕES PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL - LANCHE - 340 - 1.282 - 435,88
- REFEIÇÃO - 13.385 - 1.7627 - 23.591,74
Total diário - 24.029,62
- Cumprir esclarecer que foi realizada a renegociação dos preços do Contrato 01/02/016, nos termos do Decreto Estadual 64.066/2019 de 02-01-2019, entre a Diretoria de Ensino da Região de Taboão da Serra e a Empresa Star Nutri Serviços EIRELI - CNPJ: 19.891.214/0001-23, ficando acordado o desconto de 15% sobre o valor da categoria de reajuste a ser aplicado no exercício de 2019, a saber:

R\$ 29.063,75 + 15% = R\$ 4.359,56
Comunicado Cof nº 09/2019 - Renegociação dos Preços - Reajustes/2019
Parecer Referencial CJSSE 22/2019

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE JABOTICABAL

Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº.: 001/2019 Ata de Registro de Preços nº.: 003/2019
Início: 05/04/2019 Término: 04/05/2020
Processo nº.: 134167/2018
Contratante: Diretoria de Ensino Região de Jaboticabal
Contratados: VIACÃO JABOTICABENSE EIRELI - CNPJ: 07.834.775/0001-63 e SIMACTUR TRANSPORTES FRETAMENTO LTDA - CNPJ: 10.384.386/0001-77
Objeto: Transporte de passageiros mediante fretamento em caráter eventual
Dotação Orçamentária: PT 1236808061690000 - Fonte 0101002007 - ND 33903947
Contratada: Viacao Jaboticabense Eireli
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 001/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 03/02/2020
Cidade de origem: Bebedouro/SP
Cidade de destino: Bebedouro/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 24
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 537,30 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 002/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 03/02/2020
Cidade de origem: Bebedouro/SP
Cidade de destino: Monte Azul Paulista/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 41
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 624,85 (seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 003/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 03/02/2020
Cidade de origem: Jaboticabal/SP
Cidade de destino: Monte Alto/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 35
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 593,95 (quinhentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 004/20

Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 03/02/2020
Cidade de origem: Jaboticabal/SP
Cidade de destino: Jaboticabal/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 04
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 434,30 (quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 005/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 04/02/2020
Cidade de origem: Bebedouro/SP
Cidade de destino: Bebedouro/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 24
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 537,30 (quinhentos e trinta e sete reais e trinta centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 006/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 04/02/2020
Cidade de origem: Bebedouro/SP
Cidade de destino: Monte Azul Paulista/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 41
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 624,85 (seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 007/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 04/02/2020
Cidade de origem: Jaboticabal/SP
Cidade de destino: Monte Alto/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 35
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 593,95 (quinhentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos)
Ordem de Execução de Serviço nº.: 001/2020 - RV: 008/20
Nota de Empenho: 2020NE00030
Data da realização: 04/02/2020
Cidade de origem: Jaboticabal/SP
Cidade de destino: Jaboticabal/SP
Tipo de veículo: Ônibus com capacidade para 15 passageiros
Quantidade km: 04
Valor Fato: R\$ 413,70
Valor Total: R\$ 434,30 (quatrocentos e trinta e quatro reais e trinta centavos)

SAÚDE**GABINETE DO SECRETÁRIO**

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE DE 23/04/2020
SES-PRC-202017833
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA
Assunto: Aquisição de materiais de proteção visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020
A vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, RATIFICO se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA de fls. 61 que declara a Dispensa de Licitação, bem como determino que a execução contratual ocorra pela Unidade de Despesa - A DESPESA 090102 - Coordenadoria Geral de Administração, para a aquisição de materiais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa ORTOMEDICAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES EIRELI - EPP

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE DE 23/04/2020
SES-PRC-202017833
Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA
Assunto: Aquisição de Avenal Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2020
A vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, RATIFICO se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA de fls. 63 que declara a Dispensa de Licitação para a aquisição de Avenal Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19, a favor da empresa VEDIANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: MARCELO NERES DE OLIVEIRA - CNPJ nº 28.476.99/0001-70
OBJETO: Aquisição de materiais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) SES-PRC-2020177663 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 53/2020 - VALOR: R\$ 14.190.000,00 - NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00581 - Recursos: Programa: 1030293048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - EPP: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - DATA DA ASSINATURA: 23/04/2020
EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: DOMPEL IND. PLÁSTICA E METALÚRGICA LTDA - CNPJ nº 87.203.121/0001-19 - OBJETO: Aquisição de materiais de proteção visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19) SES-PRC-2020177240 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2020 - VALOR: R\$ 25.800.000,00 - NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00585 - Recursos: Programa: 1030293048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - EPP: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - DATA DA ASSINATURA: 23/04/2020

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA
Gabinete do Coordenador
Despachos do Diretor Técnico da CAF/GGDM de 24/04/2020
Processo nº.: 001.0001.003.12/2018 - SPDC: 01702814/2018
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Despacho GGDM nº 00.70/2020
Comunicamos à empresa BRISTOL MYERS SQUIBB FARMACEUTICALS, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE02058 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.025/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 15/07/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1476.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 60.745,33 (seiscentos mil setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Folheto Descritivo, bem como, na aquisição que foi realizada por Dispensa de Licitação.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 60.745,33 (seiscentos mil setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Folheto Descritivo, bem como, na aquisição que foi realizada por Dispensa de Licitação.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

cialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.0001.002.490/2018 - SPDC: 0082711/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa MULTICARE PHARMACEUTICALS, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01490 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.065/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 01/08/2019, tal qual da Proforma nº VRTX-4295/19.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 7.497,67 (sete mil quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado, bem como, no folheto descritivo.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.0001.002.873/2018 - SPDC: 0082711/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S/A, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2018NE01809 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.165/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 15/07/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1476.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 8.522,47 (oito mil quinhentos e vinte e dois reais e quarenta e sete centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Folheto Descritivo, bem como, na aquisição que foi realizada por Dispensa de Licitação.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.0001.002.490/2018 - SPDC: 16884/2018
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa HOSP LOG LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01915 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.165/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 15/07/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1476.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 52.298,90 (cinquenta e dois mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Folheto Descritivo, bem como, na aquisição que foi realizada por Dispensa de Licitação.
Assim, e nos termos da legislação vigente, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
PROCESSO Nº.: 001.0001.004.144/2017 - SPDC: 2133032/2018
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: Aquisição de Medicamentos
Tratam os autos de aquisição de medicamentos do programa Alto Custo da Assistência Farmacêutica. O procedimento licitatório foi realizado através da Ata de Registro de Preço nº 235/2016, sendo empenhado o medicamento Hidroxiureia 500mg, em favor da empresa ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA.
A empresa apresentou RECURSO de fls. 130/198, alega que "Apesar desse atraso PONTUAL, devidamente reportado e JUSTIFICADO, "sem no entanto apresentar nenhum documento comprobatório de suas alegações, nem logou demonstrar vício, erro ou omissão na decisão tomada em fase de defesa, sugere-se a apreciação superior pela manutenção da penalidade imposta no Despacho GGDM nº 1580/2019, fl. 127, publicado no DOE de 26/10/2019 a fl. 128.
A empresa solicita que "... na hipótese de improcedência do pedido anterior, o que se admite apenas a título argumentativo, requer, em respeito às razões de Direto sustentadas, como também ao Princípio da Proporcionalidade, seja a penalidade de incidência de MULTA, imposta a recurrence, revista e alterada para a penalidade de ADVERTÊNCIA...", ficando prejudicado todo o resto da alegação, visto que a licitação que gerou o empenho em questão foi efetuada através de Pregão Eletrônico, sendo este regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, no qual não há a indicação de aplicação de penalidade na forma de ADVERTÊNCIA.

O presente expediente administrativo segue o preconizado no Parecer Referencial CJSIS nº 03/2019, pois trata de situação atípica às espedientes no referido parecer dando a presença de pressupostos fáticos e jurídicos para os quais é possível seguir a orientação ali aplicada.

Dante do exposto, encaminhe-se ao Senhor Coordenador por intermédio da Diretoria Técnica do Grupo de Gerenciamento das Demandas por Medicamentos da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica - CAF, para ciência e manifestação.
Processo nº: 001.366.946/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

Comunicamos à empresa MULTICARE PHARMACEUTICALS, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01801 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.465/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 09/09/2019, tal qual da Proforma Invoice nº 3524.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 6.761,48 (seis mil setecentos e sessenta e um reais e quarenta e oito centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado, bem como, no folheto descritivo.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.0001.002.873/2018 - SPDC: 0082711/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa FARMA UTA MEDICAMENTOS IMPORTADOS, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE00843 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 001.645/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 15/07/2019, tal qual da Proforma Invoice nº 00273.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 3.467,80 (três mil quatrocentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 01.0888/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa REVIVOX EXPORT SERVICE, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01553 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 001.646/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 15/07/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1476.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 2.690,59 (dois mil seiscentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.356.607/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa REVIVOX EXPORT SERVICE, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01487 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.115/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 05/08/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1476.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 7.309,29 (sete mil trezentos e nove reais e vinte e nove centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado.
Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.

A perda do prazo de defesa ensejará a aplicação das penalidades legais.
Destaca-se que está assegurada, durante o prazo de manifestação, a vista dos autos do processo no seguinte endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188, 1ª andar, sala central - Cerqueira César, São Paulo- SP, 05403-000.
Processo nº.: 001.347.947/2019
Interessado: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
Assunto: DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL
Comunicamos à empresa REVIVOX EXPORT SERVICE, da instauração de procedimento para possível processo sancionatório decorrente do atraso no cumprimento da obrigação assumida após a retirada da Nota de Empenho 2019NE01263 nos termos do artigo 86º e 87º da Lei Federal 8.666/93 c.c. a Resolução SS nº 92, de 10 de novembro de 2016, bem como as regras e prazos mencionados no referido Ofício CCEX nº 002.025/2019 (solicitação de embarque), que foi recebido pela empresa em 29/01/2019, tal qual da Proforma Invoice nº KSH1521.

A penalidade de multa por valor total de R\$ 2.015,36 (dois mil e quinze reais e trinta e seis centavos).
O procedimento seguirá as regras e prazos mencionados no Ofício CCEX acima mencionado, bem como, no folheto descritivo.

Assim, fica a empresa intimada para, querendo, apresentar suas alegações de defesa no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da intimação, que deve, preferencialmente, ser feita eletronicamente com acesso ao site: (www.esancces.sp.gov.br), com inclusão do código de acesso que será informado na intimação, que permitirá selecionar a opção, "FORNECEDOR Ampla Defesa", para incluir a sua manifestação.



Secretaria da Saúde

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE COMPRASRELAÇÃO DE REMESSA DE PAPÉIS DIVERSOS

À EMPRESA: VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ SAUDE EIRELI – EPP

telefone (11) 2614-0424 e e-mail: contato@vedanasaude.com.br

Nº. DE ORDEM	ASSUNTO	OBSERVAÇÃO
	Encaminho nota de empenho 2020NE00588 no valor de R\$ 270.000,00 - referente Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19 - Processo SES-PRC-2020/17833.	<u>FAVOR DEVOLVER ESTE DOCUMENTO DATADO E ASSINADO VIA E-MAIL</u> <u>sasantos@saude.sp.gov.br</u>

LOCAL DE ENTREGA:

Endereço: Rua dos Italianos, nº 406 – Bom Retiro – São Paulo/SP.

Dados para faturamento:**Coordenadoria Geral de Administração - CGA**

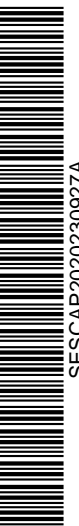
CNPJ: 46.374.500/0252-60

AV. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, nº 188

Cerqueira Cesar – São Paulo/SP – CEP: 05403-000

EM 27/04/2020VISTO: **RECEBIDO EM: 27/04/2020**

Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 28/04/2020 às 09:06:10.
Documento Nº: 4548860-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4548860-1423>



SESCAP2020230927A

terça-feira, 28 de abril de 2020

Diário Oficial Poder Executivo – Seção I

São Paulo, 130 (81) – 115

Enq.
Classificação
24537478000125
ACR INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
20,8900
ME
1º
1987200200187
FLASH COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE EIRELI
22,7500
EPP
2º
Fica aberto o prazo de 02 dias úteis, a contar da publicação no D.O., para interposição de recursos em conformidade com o artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei Federal 8666/93 e suas alterações, o licitante que o desejar poderá desistir da interposição de recurso. Para isso acesse o site www.bce.sp.gov.br, clicando no número desta certificação e na opção recurso, existe um link que permitirá a sua desistência.

PENITENCIÁRIA FEMININA DE TUPI PAULISTA

NOTIFICANDO a empresa JOAO PAULO DE ALMEIDA BELINELLO, inscrita no CNPJ sob nº 14384848000110, sita à Rua Maria Francisca Lellis de Oliveira, nº56, 6º - , na cidade de Dracena/SP a regularizar a entrega de 100 kg de queijo mussarela, correspondente à entrega em atraso, conforme cronograma de entrega, devendo a mesma ser entregue no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data desta publicação, por estar descumprindo o edital de licitação eletrônico nº 17/19-PF, processo nº 3205450194, nota de empenho nº 2020NE00008, termo de contrato nº 112/19-PF. O não cumprimento desta NOTIFICAÇÃO sujeitará a empresa às penalidades previstas na Lei nº 10.520, de 17-07-2007, c/c a Resolução CEGP-10, de 19-11-2002, na Resolução SAP nº 6, de 10-01-2007 e no que couber, na Lei Federal nº 8.666 de 21-06-1993 e suas alterações.

FUNDAÇÃO PROF. DR. MANOEL PEDRO PIMENTEL

ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/22/2020
A Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel, FUNAP, comunica a abertura do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 02/22/2020, objeto do Processo FUNAP Nº 222/2020, tipo Menor Preço, DC nº98110130845202000054, objetivando a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência médica hospitalar ou seguro saúde, por adesão, com início do prazo para recebimento das propostas eletrônicas a partir de 28/04/2020 à Sessão Pública de processamento do pregão eletrônico será realizada, no endereço eletrônico www.bce.sp.gov.br, iniciando-se a partir das 10:00 horas da dia 12/05/2020. O Edital, na íntegra, será disponibilizado para consulta no endereço www.enegeospublicos.com.br e, resumidamente, no endereço eletrônico <http://www.pregao.sp.gov.br>.

FAZENDA E PLANEJAMENTO

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

CENTROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO Centro Regional de Administração de Santos

CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTOS
Despacho da Diretor Técnico de Divisão da Fazenda Estadual, de 17/03/2020
PROCESSO SF Nº 23692.74955/2020
Objeto: AQUISIÇÃO DE 250 (duzentos e cinquenta) higienizadores de álcool gel.
Oferta de Compra: 20014800012020OC00005
Valor estimado: R\$ 5.575,00
RATIFICO, no uso da competência que nos outorga o artigo 194, inciso II, alínea "c" do Decreto Estadual nº 64.152/2019, o ato de Dispensa de Licitação proferido pelo Diretor do Núcleo de Suprimentos e Infraestrutura, por enquadrar-se no disposto no artigo 24, inciso II da Lei Estadual nº 6.544/89 e alterações posteriores, consoantes com o artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas leis nº 8.883/94 e 9.648/98, em razão da urgência que o assunto requer, como também o valor estar abaixo do limite exigido para contratações através de licitação (R\$ 17.600,00).

Centro Regional de Administração de Taubaté
Número do Processo: 23696-590526/2019 - Número do Contrato: 23696-SAA-00005/2020
Parecer Jurídico: CISEFAZ 113/2020
Modalidade da Licitação: Pregão
Contratante(s): 200149 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE TAUBATE
Contratado: DCONROLL EMPREENDIMENTOS E FACILITIES LTDA
Objeto Resumido do Contrato: Prestação de Serviços de Copêrgem
Objeto do Aditivo: 1º TERMO DE ADITAMENTO - SUSPENSAO CONSENSUAL
Vigência: 01/04/2020 à 10/05/2020
Data Assinatura: 22/04/2020
Nº do Pregão: CRA Nº 05/2019

Centro Regional de Administração de Campinas
Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23704-660376/2018
Número do Contrato: 23704-SAA-00005/2019
Parecer Jurídico: RES. PGE-23, 12-11-2015.
Modalidade da Licitação: Pregão
Contratante(s): 200151 - CENTRO REGIONAL DE ADMINISTRACAO DE CAMPINAS - CRA-CAMPINAS
Contratada: CAMPINAS SISTEMAS DE LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI-ME, CNPJ: 00.550.733/0001-08.
Objeto Resumido do Contrato: prestação de serviços de limpeza, assio e conservação predial, com o fornecimento de mão de obra, senos domésticos, materiais e equipamentos.
Objeto do Aditivo: 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO, SENDO ESTE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, POR MAIS 15 (QUINZE) MESES, DENTRO DOS LIMITES IMPOSTOS NOS TERMOS DO ARTIGO 57, INCISO II, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 CONFORME DADA PELA LEI FEDERAL Nº 9.648/98.
Vigência: 04/05/2020 à 03/08/2021
Valor Total do Aditivo: R\$ 1.312.383,77
Valor do exercício de 2020: R\$ 690.795,36

Valor do exercício de 2021: R\$ 621.588,41
Nota de Empenho: 2020NE00011; 2020NE0008 e 2020NE0115
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Elemento de Despesa - 339037
Data Assinatura: 27/04/2020
Nº do Pregão: CRA Nº 10/2019

Centro Regional de Administração de Bauru
Extrato do Contrato
Número do Processo: 23712-76389/2020 - Número do Contrato: 23712-SAA-00011-2020
Parecer Jurídico: PAR.REC. CISEFAZ 16/19
Modalidade da Licitação: Dispensa de Licitação
Contratante(s): 200153 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE BAURU
Contratada: CEAP COMPLEXO EDUCACIONAL ADONIRAN PAGAN LTDA
Objeto Resumido do Contrato: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ANO - PERÍODO INTEGRAL ÀTE 01/5/21 ANOS DE IDADE
Vigência: 19/03/2020 à 14/09/2020
Valor Total do Contrato: R\$ 6.600,00
Valor do exercício: (2020): R\$ 6.600,00
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 19/03/2020
Obs.: Republicado por ter sido com incorreção. Nº do Pregão:

Centro Regional de Administração de Guarulhos

Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23736-56214/2017
Número do Contrato: 23736-SAA-00084-2017
Parecer Jurídico: CISEFAZ nº 11/19/2020
Modalidade da Licitação: Inexigibilidade de Licitação
Contratante: 200159 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE GUARULHOS
Contratado: COLLEGIO IMPERIO LTDA, ME
Objeto Resumido do Contrato: Prestação de serviços de creche-berçário e educação infantil com fornecimento de refeições.
Objeto do Aditivo: Suspensão de execução do contrato em razão do reconhecimento do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia Covid-19.
Vigência: 11/05/2020 à 24/06/2021
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 23/04/2020

Centro Regional de Administração de Osasco

Extrato do Aditivo
Número do Processo: 23740-268576/2016
Número do Contrato: 23740-SAA-00098-2016
Parecer Jurídico: CISEFAZ nº 12/07/2020
Modalidade da Licitação: Pregão
Contratante(s): 200160 - CENTRO REG.ADMINISTRACAO DE OSASCO
Contratado: ESCOLA DE EDUCACAO INFANTIL AMABILE PROVASI LTDA
Objeto Resumido do Contrato: Quarto termo aditivo de suspensão temporária ao contrato de acolhimento infantil de Vigência: 01/04/2020 à 10/05/2020
Classificação dos recursos: 001001001 - Tesouro do Estado
Data Assinatura: 01/04/2020

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPRPV
PRIMEIRA COMISSÃO DE LICITAÇÃO COMUNICADO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA SPRPV Nº 01/2020
PROCESSO SPRPV Nº 282179/2017
OBJETO: VENDA DE IMÓVEL DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPRPV NA CIDADE DE NOVA CANAÃ PAULISTA- SP, COM PAGAMENTO À VISTA OU PARCELADO, devendo ser descrito e caracterizado no Anexo 01, parte integrante do Edital.
Comunicamos que, em face da publicação do Decreto nº 64.946 de 17 de abril de 2020, que estende o período da medida de quarentena que trata o Decreto nº 64.881 de 22 de março de 2020, até o dia 10 de maio de 2020, a data da sessão pública prevista para este procedimento fica suspensa por prazo indeterminado, devendo ocorrer nova publicação por ocasião da efetiva finalização do período de quarentena.
Quaisquer esclarecimentos deverão ser efetuados por intermédio do canal eletrônico lacarrvalho@sp.gov.br ou pelo telefone 11-3214-9193.
São Paulo, em 27 de abril de 2020.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS

DEPARTAMENTO DE DECENTRALIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
Extrato de Nota de Empenho
Processo: 3.442/2020. Oferta de Compra: 130041000012020OC00023 Assunto: Aquisição de 10.000 FED Mil Litros de Óleo Diesel. Licitação: Pregão Eletrônico n.º 12/2020. CNPJ: 18.721.106/0001-40. Contratante: SAA - Departamento de Decentralização do Desenvolvimento. Modalidade: Convite BEC, nos termos do art. 22, inciso III e § 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989. Valor: R\$ 1.851,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta e Um Reais). Programa de Trabalho: 2057310148740000. Natureza de Despesa: 33903030. Nota de Empenho nº: 2020NE00056. Data de Emissão: 27/04/2020.

Extrato Nota de Empenho
Objeto: Aquisição de 03 (três) lonas dupla face. Processo SAA nº 3.459/2020. Oferta de Compra: 130041000012020OC00024. Contratado: LAPREMA AGRPECUARIA LTDA - ME. CNPJ: 18.721.106/0001-40. Contratante: SAA - Departamento de Decentralização do Desenvolvimento. Modalidade: Convite BEC, nos termos do art. 22, inciso III e § 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e art. 22, inciso II, da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989. Valor: R\$ 1.851,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta e Um Reais). Programa de Trabalho: 2057310148740000. Natureza de Despesa: 33903030. Nota de Empenho nº: 2020NE00056. Data de Emissão: 27/04/2020.

EDUCAÇÃO

DIRETORIAS DE ENSINO

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1
PROCESSO Nº: 00180012/2016
INTERESSADO: DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO SUL 1
OBJETO: Intermediar a contratação de Preços (Base junho/2019) CONTRATO Nº: 01/02/16
CONTRATADA: CIUDARE - SERVIÇOS ASSISTÊNCIA E APOIO À PESSOA - EIRELI
CNPJ Nº: 15.076.800/0001-63
RETIFICAÇÃO DE APOSTILA DE REAJUSTE

À vista dos elementos instrutórios deste processo, em especial o Demonstrativo de Reajuste de Il. 3534, que APROVO, bem como os Estudos Técnicos divulgados pelo CADTEC em agosto/19, fls. 2493 - disponibilizando os preços referenciais atualizados, data base abril/19 dos serviços terceirizados de Prestação de Serviços de Continuidade de Apoio aos Alunos com Deficiência que apresentem necessidades motoras e outros, que acarretem dificuldades de caráter permanente ou temporário no autocuidado, e considerando-se o disposto na Cláusula Terceira do Contrato nº 01/02/16, AUTORIZO o reajuste de preços do referido contrato firmado com a empresa CIUDARE - SERVIÇOS ASSISTÊNCIA E APOIO À PESSOA - EIRELI, passando o valor unitário de R\$ 97,63 (noventa e sete reais e sessenta e três centavos) do cuidador de 300(min) horas semanais para R\$ 102,26 (cento e dois reais e vinte e seis centavos), e o valor unitário de R\$ 100,105 (cem reais e cinco centavos) do cuidador de 40(quarenta) horas semanais para R\$ 104,79 (cento e quatro reais e setenta e nove centavos) a partir de 01/04/2019, conforme demonstrativo abaixo:

DEMONSTRATIVO DE REAJUSTE - Base: abril/19 (4,74%)
Item - Quantidade (1) - Descrição - Preço Unit. R\$ - Preço Unitário reajustado em 4,74% R\$ (2) - Total R\$
200 dias letivos (3) = (1) x (2) x 200 R\$
1 - 56 - Cuidadores 300(min) horas semanais - 97,63 - 102,26 - 1.145.312,00
2 - 1 - Cuidadores 40(quarenta) horas semanais - 100,05 - 104,79 - 20.955,00
Total para 12 meses (200 DU) R\$ - 1.166.270,00
Base diária a partir de 01/04/2019 R\$ - R\$ 5.831,35
OBSERVAÇÃO - CÁLCULO DE REAJUSTE DE ACORDO COM O ITEM CONTRATADO
São Paulo, 23 de abril de 2020.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CARAGUATATUBA

EXTRATO DE TERMO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO
Processo Nº: 04020045/2016 - SEE19893732018
Pregão Eletrônico Nº: 01/2019/16
Contrato Nº: 008/2016
Terceiro Termo de Aditamento Contratual
Contratante: Diretoria de Ensino Região de Caraguatubá
Contratada: IMPORTRVEST IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ 74.537.747/0001-01
Endereço: Alameda Amazonas, 696 A, Aphaiville, CEP 06454-070, Barueri/SP
Assunto: Prestação de Serviços de Gerenciamento Total do Ambiente de Imprensa, tipografia e digitalização de documentos (serviços de Imprensa), para a sede da Diretoria de Ensino - Região de Caraguatubá.
Valor Total Mensal: R\$504,22 (inovecentos e vinte e quatro reais e vinte e dois centavos)
Valor Total: R\$13.863,30 (treze mil oitocentos e sessenta e três reais e trinta centavos)
Prazo de Vigência: 15 Meses
Data de Vigência: 19/04/2020 a 18/07/2021
Programa de Trabalho: 12122081561780000
Natureza da Despesa: 33903195
Número das Notas de Empenho: 2020NE00278

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE FRANCA
Extrato do 1º Termo de Aditamento ao contrato nº 02/2019
Processo SPOC nº 157757/2018
Contratante: Diretoria de Ensino - Região de Franca
Contratado: ALGAR TELECOM - CNPJ: 71.208.516.0001-74
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE TELEFONIA, FIA, COMPUTADA EXECUTADO NAS UNIDADES ESCOLARES JURISDICIONADAS À DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE FRANCA.
Vigência de Termo de Aditamento: 02/04/2020 a 01/07/2021.
Assinatura do Termo: 02/04/2020
Valor do Aditamento: R\$ 466.818,75 (Quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)
Classificação dos Recursos: PT - 12368081561740000
FR: 001002007 - N: 33905012; UGR: 080102; UGE: 083037
PARCER: REFERENCIAL CISA Nº 162018

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: DPLASTIC INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI - CNPJ 27.721.850/0001-35 - OBJETO: Aquisição de Escudos para Proteção dos Boicões de Atendimento dos Farmácias e Hospitais do Estado, atendendo à solicitação emergencial causada pelo COVID-19 - SES-PRC-2020114625 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2020 - VALOR: R\$ 223.000,00 - NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE00586 - Recursos: Programa: 10302019048500000 - Natureza de Despesa: 33903030 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - Parecer Referencial CIJSS nº 8 de 13/03/2020 - DATA DA ASSINATURA: 23/04/2020.

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: J.R. DE ALMEIDA - ARJES - CNPJ 24.341.520/0001-26 - OBJETO: AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE CAMA HOSPITALAR MECÂNICA COM GRADE - para atender o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em atendimento à Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19) - SES-PRC-2020115140 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2020 - VALOR: R\$ 2.656.200,00 - NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE00579 - Recursos: Programa: 103020194124490000 - Natureza de Despesa: 44905235 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - Parecer Referencial CIJSS nº 8 de 13/03/2020 - DATA DA ASSINATURA: 22/04/2020.

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: MONTESERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - CNPJ 66.581.935/0001-17 - OBJETO: Aquisição de Ombreiro de Dedo para enfrentamento Plano de contingência COVID-19 - SES-PRC-202017257 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 55/2020 - VALOR: R\$ 7.000,00 - NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE00589 - Recursos: Programa: 10302019048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - Parecer Referencial CIJSS nº 8 de 13/03/2020 - DATA DA ASSINATURA: 23/04/2020.

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: ORFENOMAL COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAS MEDICAS HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ 09.557.129/0001-70 - OBJETO: Aquisição de aventais de proteção visando o atendimento de pacientes com contaminação pública decorrente do coronavírus (COVID-19) - SES-PRC-202017251 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 57/2020 - VALOR: R\$ 28.000.000,00 - NOTA DE EMPENHO Nº 2020NE00611 - Recursos: Programa: 10302019048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - Parecer

Referencial CIJSS nº 8 de 13/03/2020 - DATA DA ASSINATURA: 24/04/2020.

Despacho do Senhor Chefe de Gabinete de 27/04/2020
SES-PRC-202018163 Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA Assunto: Aquisição de luvas de procedimento visando o atendimento para enfrentamento calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19)
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 58/2020

À vista dos elementos que instruem os autos e com fundamento no disposto do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, RATIFICO se conforme, atendidas as normas de regência e a urgência notória, o ato do Senhor Coordenador da CGA às fls. 45, que declara a Dispensa de licitação para a aquisição de luvas de procedimento visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), a favor da empresa CIRURGICA KD LTDA.

EXTRATO DE EMPENHO
CONTRATADA: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE: VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP - CNPJ 16.972.280/0001-06 - OBJETO: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19 - SES-PRC-202017833 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2020 - VALOR: R\$ 270.000,00 - NOTA DE EMPENHO: Nº 2020NE00588 - Recursos: Programa: 10302019048500000 - Natureza de Despesa: 33903031 - UGE: 090102 - Prazo de Entrega: Conforme Proposta - Parecer Referencial CIJSS nº 8 de 13/03/2020 - DATA DA ASSINATURA: 24/04/2020.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA

Gabinete do Coordenador

Despacho da Senhora Coordenadora de Saúde - Coordenadoria de Assistência Farmacêutica em 27/04/2020
PROCESSO: SES/08911/2020
INTERESSADO: Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.
ASSUNTO: Pregão Eletrônico nº. 025/2020 - Aquisição de Medicamentos para Atendimento de Dose Certa.
Tendo em vista o que consta dos autos, HOMOLOGO, com fulcro no disposto no inciso XXII, do item 4º, da Lei Federal 10.520/2002, combinado com art. 12 do Decreto 47.945/2003 e inciso VI do art. 6º da Resolução CEGP - 10/2002, o procedimento licitatório selecionado no Pregão Eletrônico nº 025/2020, ficando em decorrência, ADJUDICADOS os itens conforme segue: Itens 01 AMOXICILINA 50MG/ML e 06 MICONAZOL 20MG/GS CREME VAGININAL-APLICADORES a favor da empresa PRATI-DONDUZZI RCIA LTDA, no valor total de R\$ 2.729.710,00 (dois milhões setecentos e vinte e nove mil e trezentos e sessenta e sete reais e trezentos e sete centavos) e item 07 PARACETAMOL 200MG/GS, a favor da empresa FARMACEUTICA INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA, no valor de R\$ 746.451,90 (setecentos e quarenta e seis mil quatrocentos e cinquenta e um reais e noventa centavos). Considerando o estabelecido no artigo 10, do capítulo V da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 80, de 15/02/2006 e o disposto no subitem III do item 3, do anexo I do edital, autorizo a redução dos quantitativos do item 01 de 79.107.600 para 79.103.500 do item 02 de 156.530 para 156.500 frasco ampola, do item 05 de 7.931.000 para 7.930.920, do item 06 de 10.674.400 para 10.672.000 e item 07 de 13.978.800 para 13.978.500 devido à adequação de embalagem conforme proposta constante desse expediente. Resulta que os Itens 03, 04 e 08 foram considerados FRACASSADOS, devendo ser inseridos em momento oportuno em novo procedimento.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO CAF Nº SE52/418.049/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CAF Nº 153/2019
A Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, doravante designada(o) "ÓRGÃO GERENCIADOR", neste ato representada pela Senhora Alexandra Mariano Fidélio, RG nº 20.980.953-5 SSP/SP e CPF nº 110.258.988-85, no uso da competência conferida pelo Decreto Estadual nº 232, de 28 de abril de 1970, ora face do resultado obtido no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, devidamente homologado pela autoridade competente, resolve celebrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com fundamento no Decreto Estadual nº 63.722/2018, procedendo ao registro de preço do primeiro colocado e das demais FORNECEDORES que concordaram em fornecer o objeto do certame por igual valor, obedecida a ordem crescente das respectivas propostas, nos seguintes termos.

1. OBJETO E QUANTIDADES ESTIMADAS
1.1. A presente Ata de Registro de Preço tem por objeto a contratação futura e eventual, pelos ÓRGÃOS PARTICIPANTES, de CONSTITUIÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.
Item 1 - Biperiden, Clordrato 2MG - Unidade: comprimido - Código do Seficó: 107930 - Quantidade máxima estimada de 22.025.984 para o período de 12 meses.
NOME COMERCIAL: CINTEL 2MG - MARCA: CINTEL 2MG
FABRICANTE: CRISTALIA PROD QUIM FARM LTDA - JULIAR DO REGISTRO NA ANVISA: CRISTALIA PROD QUIM FARM LTDA - REGISTRO DO MEDICAMENTO NA ANVISA: 1.0298.0096.004-5 - APRESENTAÇÃO: 2 MG COM CX 20 BL AL PLAS INC X 10 (EMB HORS) - VALIDADE DO PRODUTO: 36 (TRINTA E SEIS) MESES - PRAZO DE VALIDADE NA ENTREGA: MÍNIMO 75% NO MOMENTO DA ENTREGA.

1.2. Deverão ser respeitadas todas as especificações técnicas e as demais condições de fornecimento contidas no Termo de Referência que figurou como Anexo I do Edital que precedeu esta Ata e que dela fica fazendo parte integrante.
1.3. É vedado elevar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. Figural(em) como ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) da presente Ata de Registro de Preço:
COJ UGE - NOME UGE - QUANT.
090201 - COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA -
Ar De Enkias de Cavallo Aguiar nº 188 - 20.180.160
090109 - COORDENADORIA DA SAÚDE DA MULHER
Ar Brigideiro Luiz Antonio, nº 683 - 300
090110 - COORDENADORIA E TREINAMENTO - DST/AIDS
Rua Santa Cruz, nº 81 - Vila Mariana - 23.000
090113 - DRS II - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE ARACATUBA
Rua Oscar Rodrigues Alves, 1296 - Vila Mendonça - Aracatuba - 450
090115 - DRS VI - DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE BAURU
Rua Quintino Bocaiuva, 545 - Bauru - 1.900



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br - terça-feira, 28 de abril de 2020 às 01:01:18

1

Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 28/04/2020 às 09:07:07.

Documento Nº: 4548920-1423 - consulta à autenticidade em

<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/signaex/public/app/autenticar?n=4548920-1423>

SIGA

SESCAP2020230936A

090102090012020DL00870

090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
RUA DR.ENEAS CARVALHO DE AGUIAR, 188 - SAO PAULO
10106 - SECRETARIA DA SAUDE / COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO

Procedimento:

Contratação Direta Dispensa de Licitação
licitacao3

Licitação:

2020849073750

Pacote:

4104310

Documento:

7671976

Mensagem processada aceita

Transmissões XML TCE

Lista de transmissões efetuadas.

Data	Situação	Id. Licitação	Id. Pacote	
05/05/2020 14:16:14	Documento armazenado, idDocumento:7671976	090102090012020DL00870	4104310	

Mostrando de 1 até 1 de 1 registros

Documento armazenado



SESCAP2020247533A

Código Ajuste

2020747227045

Código Ajuste AUDESP

2020747227045

Fornecedor

VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ SAUDE LTDA

Pacote

4104623

Documento

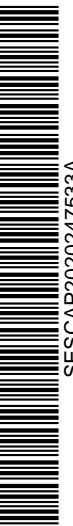
7672346

Situação**Mensagem processada aceita**

Transmissões XML TCE

Lista de transmissões efetuadas.

Data	Situação	Id. Licitação	Cód. Ajuste Enviado	Id. Pacote	
05/05/2020 14:43:12	Documento armazenado, idDocumento:7672346	090102090012020DL00870	2020747227045	4104623	





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Despacho

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 1.054/2020

Em 27/04/2020 foi encaminhada a Nota de Empenho nº 2020NE00588 conforme comprovante de fls. 72.

Salientamos que o presente processo foi cadastrado no SCT conforme fls. 74/75.

Encaminhe-se ao **Centro de Logística de Material de Consumo** para o que couber.

São Paulo, 05 de maio de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SAÚDE

Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Logística de Material de Consumo

Termo de Desentranhamento

Documento: SES-CAP-2020/294909 1º Volume

Responsável: SANDRA REGINA SOARES DE LIMA

Certifico que, nesta data, desentranhei as folhas 77 a 86 do 1º Volume do documento em epígrafe.

Motivo: Inclusão de documentos.

São Paulo, 27 de maio de 2020.

SANDRA REGINA SOARES DE LIMA

AUXILIAR DE SERVIÇOS

Coordenadoria Geral de Administração - Centro de Logística de Material de Consumo



Assinado com senha por SANDRA REGINA SOARES DE LIMA - 27/05/2020 às 14:13:26.
Documento Nº: 5253779.24990734-1706 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5253779.24990734-1706>

Classif. documental	999.99.99.999
---------------------	---------------



SESPRC202017833V01

 VEDANA COM. DE PROD. E SERV. P/ SAUDE EIRELI RUA FRANCISCO MARINHO, 229 CASA VERDE CEP: 02.523-070 SAO PAULO SP 11 2614-9149		DANFE DOC.AUX. NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 Entrada 1 Saída		 CHAVE DE ACESSO 3520 0406 9727 2900 0106 5500 1000 0021 5310 0000 2167
		N° 000.002.153 SÉRIE : 1 FOLHA:1 de 1		
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200333563515 - 2020-04-28T10:38:34-0		
INSCRIÇÃO ESTADUAL 148539940115		INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA		CNPJ 06.972.729/0001-06

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ/CPF	DATA EMISSÃO
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO-CGA		46.374.500/0252-60	28/04/2020
AV. DR ENEAS DE CARVALHO DE AGUIAR, 188		Bairro/DISTRITO	DATA SAÍDA/ENT.
		CERQUEIRA CESAR	28/04/2020
MUNICÍPIO	FONE/FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
SAO PAULO	1130668747	SP	10:38:26

FATURA/DUPLICATA

Número	Data Vcto.	Valor
001	01/05/2020	108.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	108.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS	VALOR TOTAL DA NOTA
			33.210,00	108.000,00

TRANSPORTADORA/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SE	0 - Rem.			SP	06.972.729/0001-06
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
R. FRANCISCO MARINHO, 229	SAO PAULO	SP	148539940115		
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
100	VOLUMES		0	300,000	300,000

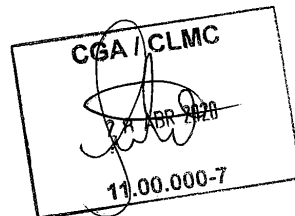
DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	ALÍQUOTAS IPI	VALOR TOTAL IMPOSTOS
VED892	AVENTAL DESC., EM NAU TECIDO SSMMS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, C/ BARREIRA VIRAL E MICROBIANA. LOTE: T22424	62101000	0102	5102	UN	4.000,0000	27,00000	108.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0000	33.210,00

2020 NL 03716
NL 03717
NL 03718
PD 1645
NL 4238

PC OK

COVID-19 - 28/10/2020 - 28/10/2020 - 28/10/2020



CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

Duplicata Num.: 001, Ver.: 01/05/2020, Valor: 108.000,00 - Documento emitido por ME ou EPP Optante pelo Simples Nacional. Não gera direito crédito fiscal de ISS e IPI Valor aproximado dos tributos R\$33210,00 FONTE - IBPT/SPNOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00588 NUMERO DO PROCESSO 2020/17833 NUMERO DO CONTRATO 2020CT00531 LOCAL DE ENTREGA RUA DOS ITALIANOS, 406 - BOM RETIRO - SAO PAULO/SP BANCO DO BRASIL AGENCIA: 3572-6 C/C: 4563-2	RESERVADO AO FISCO NE 588 ND 33903031
--	---

Proc. 2020/17833



27/05/2020

Consulta Regularidade do Empregador

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 06.972.729/0001-06
Razão Social: VEDANA COM DE PRODUTOS E SERVICOS P SAUDE EIRELI
Endereço: R FRANCISCO MARINHO 229 / CASA VERDE / SAO PAULO / SP / 02523-070

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/03/2020 a 14/07/2020

Certificação Número: 2020031702302600036318

Informação obtida em 27/05/2020 13:10:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/listaEmpregadores.jsf>

1/1



Autenticado com senha por SANDRA REGINA SOARES DE LIMA - 28/05/2020 às 11:06:30.
Documento Nº: 5282762-8640 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5282762-8640>



SESCAP2020297560A



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAUDE EIRELI
CNPJ: 06.972.729/0001-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:06:21 do dia 06/03/2020 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/09/2020.

Código de controle da certidão: **F2F3.BC03.3E49.8B4F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Date: segunda-feira, 4 de maio de 2020 Time: 11:26:20

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 04/05/2020 AS 11:26 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 29ABR2020 NUMERO : 2020NL03716
DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00588	33903031	005001133	108.000,00

OBSERVACAO :
NF.000.002.153 AQS. DE AVENTAL
PROC..2020/17833

LANCADA POR : Nanci APARECIDA GALFI - 090010

EM : 29ABR2020 AS 13:37



Date: segunda-feira, 4 de maio de 2020 Time: 11:26:24

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 04/05/2020 AS 11:26 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 29ABR2020 NUMERO : 2020NL03717
DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17833			108.000,00

OBSERVACAO :
NF.000.002.153 AQS. DE AVENTAL
PROC..2020/17833

LANCADA POR : Nanci APARECIDA GALFI - 090010

EM : 29ABR2020 AS 13:40



Date: segunda-feira, 4 de maio de 2020 Time: 11:26:30

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
CONSULTA EM 04/05/2020 AS 11:26 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 29ABR2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL03718
DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00588	33903031	005001133	108.000,00

OBSERVACAO :
NF.000.002.153 AQS. DE AVENTAL
PROC..2020/17833

LANCADA POR : Nanci APARECIDA GALFI - 090010

EM : 29ABR2020 AS 13:41



Date: segunda-feira, 4 de maio de 2020 Time: 11:27:49

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)
CONSULTA EM 04/05/2020 AS 11:26 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 29ABR2020 DATA VENCIMENTO : 29ABR2020 NUMERO : 2020PD01645
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
*** PAGA *** NL REF. : 2020NL03718
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 30ABR2020 OB PAG. : 2020OB03668
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ SAUDE LT
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 03572 CONTA CORRENTE : 000045632
SAO JUDAS
PROCESSO : 2020/17833 VALOR : 108.000,00
FINALIDADE : NF.000.002.153 AQS. DE AVENTAL
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00588 33903031 005001133 108.000,00

LANCADO POR: Nanci APARECIDA GALFI - 090010

EM: 29ABR2020 AS: 13:45



Date: terça-feira, 12 de maio de 2020 Time: 11:26:41

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANÇAMENTO)
CONSULTA EM 12/05/2020 AS 11:26 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 28ABR2020 NUMERO : 2020NL04238
DATA LANÇAMENTO : 28ABR2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRIÇÃO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00588	33903031		005001133	108.000,00
540461	CE999		115610102		108.000,00

OBSERVAÇÃO :

RECLASSIFICAÇÃO DE AQUIS. DE AVENTAL NF. 2153 PROC: 202017833 COVID - 19.

LANÇADA POR : SANDRA REGINA SOARES DE LIMA - 090010 EM : 07MAI2020 AS 11:04



RECEBEMOS DE VEDANA COM. DE PROD. E SERV. P/ SAUDE EIRELI OS PRODUTOS/SERVIÇOS CONSTANTES NA NOTA FISCAL INDICADA AO		NF-e Nº 000.002.154 SÉRIE : 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

 VEDANA COM. DE PROD. E SERV. P/ SAUDE EIRELI RUA FRANCISCO MARINHO, 229 CASA VERDE CEP: 02.523-070 SAO PAULO SP 11 2614-9149	DANFE DOC.AUX. NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 Entrada 1 Saída	 CHAVE DE ACESSO 3520 0406 9727 2900 0106 5500 1000 0021 5410 0000 2164
	Nº 000.002.154 SÉRIE : 1 FOLHA:1 de 1	Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135200334520534 - 2020-04-28T14:23:11-0
NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda		INSCRIÇÃO ESTADUAL 148539940115
INSCRIÇÃO ESTADUAL SUB. TRIBUTARIA		CNPJ 06.972.729/0001-06

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRACAO-CGA AV. DR ENEAS DE CARVALHO DE AGUIAR, 188		CNPJ/CPF 46.374.500/0252-60	DATA EMISSÃO 28/04/2020
BAIRRO/DISTRITO CERQUEIRA CESAR		CEP 05.403-000	DATA SAÍDA/ENT. 28/04/2020
MUNICÍPIO SAO PAULO	FONE/FAX 1130668747	UF SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL 148539940115

TURA/DUPLICATA

Número	Data Vcto.	Valor
001	01/05/2020	162.000,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DE ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS ST	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	162.000,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR TOTAL DOS IMPOSTOS				VALOR TOTAL DA NOTA
49.815,00				162.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E SE	FRETE POR CONTA	0 - Rem.	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	R. FRANCISCO MARINHO, 229	MUNICÍPIO	SAO PAULO	UF	SP	INSCRIÇÃO ESTADUAL	148539940115
QUANTIDADE	150	ESPÉCIE	VOLUMES	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
					0	450,000	450,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	B.CALC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS IPI	VALOR TOTAL IMPOSTOS
VED892	AVENTAL DESC. EM NAO TECIDO SSMMS, LAMINADO, GRAMATURA DE 50 G/M2, C/ BARREIRA VIRAL E MICROBIANA..... LOTE:T22424	62101000	0102	5102	UN	6.000,0000	27,00000	162.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00 3,0000	49.815,00

NL 3996

NL 3995

NL 4084

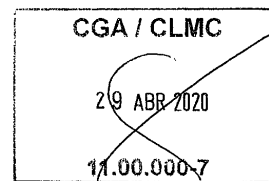
PD 1736

NL (R) 4086

concl - 19

PC de Analista

Cof: 30/04/2020 Sandra

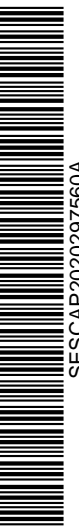


CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

Duplicata Num.: 001, Venc.: 01/05/2020, Valor: 162.000,00 - "Documento emitido por ME ou EPP Optante pelo Simples Nacional. Não gera direito crédito fiscal de ISS e IPI" Valor aproximado dos tributos R\$49815,00 FONTE - IBPT/SPNOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2020NE00588 NUMERO DO PROCESSO 2020/17833 NUMERO DO CONTRATO 2020CT00531 LOCAL DE ENTREGA RUA DOS ITALIANOS, 406 - BCM RETIRO - SAO PAULO/SP BANCO DO BRASIL AGENCIA: 3572-6 C/C: 4563-2	RESERVADO AO FISCO
---	--------------------



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 16:17:49

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 07/05/2020 AS 16:17 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 29ABR2020 NUMERO : 2020NL03996
 DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
411133	2020NE00588	33903031	005001133	162.000,00

OBSERVACAO :
PRE LIQUIDACAO NF 000002154 PROC. 2020/17833 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 04MAI2020 AS 16:11



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 16:17:56

SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO)
 CONSULTA EM 07/05/2020 AS 16:17 USUARIO : SANDRA
 DATA EMISSAO : 29ABR2020 NUMERO : 2020NL03999
 DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
 UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
 GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
 CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
 GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
541202	2020/17833			162.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000002154 PROC. 2020/17833 AVENTAL COVID-19

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 04MAI2020 AS 16:19



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 16:18:05

____ SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONNL (CONSULTA NOTA DE LANCAMENTO) _____
CONSULTA EM 07/05/2020 AS 16:18 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 05MAI2020 SIAFISICO NUMERO : 2020NL04084
DATA LANCAMENTO : 05MAI2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ S
GESTAO FAVORECIDA :

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
511702	2020NE00588	33903031	005001133	162.000,00

OBSERVACAO :
LIQUIDACAO NF 000002154_PROC. 2020/17833 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 18:01



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 16:25:01

____ **SIAFEM2020-CONTAB,CONSULTAS,DETACONTA (DETALHA CONTA CONTABIL)** _____
CONSULTA EM 07/05/2020 AS 16:24 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 29ABR2020 NUMERO : 2020NL04086
DATA LANCAMENTO : 29ABR2020 TELA : 01/01
UNIDADE GESTORA : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
CNPJ/CPF/UG FAVORECIDA: 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO FAVORECIDA : 00001 - ADMINIST. DIRETA

EVENTO	INSCRICAO DO EVENTO	REC/DESP	CLASSIFIC	FONTE	V A L O R
540469	2020NE00588	33903031		005001133	162.000,00
540461	CE999		115610102		162.000,00

OBSERVACAO :
RECLASSIFICACAO NF 000002154 PROC. 2020/17833 AVENTAL

LANCADA POR : DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM : 05MAI2020 AS 18:11



Date: quinta-feira, 7 de maio de 2020 Time: 16:18:33

___ **SIAFEM2020-EXEFIN,CONSULTAS,CONPD (CONSULTA PROGRAMA DESEMBOLSO)** ___
CONSULTA EM 07/05/2020 AS 16:18 USUARIO : SANDRA
DATA EMISSAO : 05MAI2020 DATA VENCIMENTO : 05MAI2020 NUMERO : 2020PD01736
UG : 090102 - COORD. GERAL ADMINIST. - CGA
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
* PAGA * NL REF. : 2020NL04084
PAGADORA DATA PAGAMENTO : 07MAI2020 OB PAG. : 2020OB03756
UG : 090050 - FUNDO ESTADUAL DE SAUDE-FUNDES
GESTAO : 00001 - ADMINIST. DIRETA
BANCO : 001 AGENCIA : 01897 CONTA CORRENTE : 000190462
S.PUBLICO SAO PAULO
FAVORECIDO / DOMICILIO BANCARIO
CNPJ/CPF/UG: 06972729000106 - VEDANA COM. DE PRODUTOS E SERV. P/ SAUDE LT
GESTAO :
BANCO : 001 AGENCIA : 03572 CONTA CORRENTE : 000045632
SAO JUDAS
PROCESSO : 2020/17833 VALOR : 162.000,00
FINALIDADE : PAGTO NF 000002154 AVENTAL COVID-19
EVENTO INSCRICAO DO EVENTO REC/DESP CLASSIFIC FONTE V A L O R
700601 2020NE00588 33903031 005001133 162.000,00

LANCADO POR: DOUGLAS D AMBROSIO DE SOUZA - 090102 EM: 05MAI2020 AS: 18:04





Diário Oficial

Estado de São Paulo

João Doria - Governador

Palácio dos Bandeirantes • Av. Morumbi 4.500 • Morumbi • São Paulo • CEP 05650-000 • Tel. 2193-8000

Volume 130 • Número 70 • São Paulo, quinta-feira, 9 de abril de 2020

Decretos

DECRETO Nº 64.928, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Dispensa da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999, as aquisições de bens necessários ao enfrentamento da COVID-19 (Novo Coronavírus)

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Decreto:

Artigo 1º - Enquanto perdurar o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto estadual nº 64.879, de 20 de março de 2020, ficam as aquisições de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19 (Novo Coronavírus) dispensadas da observância do disposto no "caput" do artigo 2º do Decreto nº 32.117, de 10 de agosto de 1990, alterado pelo Decreto nº 43.914, de 26 de março de 1999.

§ 1º - A dispensa prevista no "caput" deste artigo restringe-se às licitações e contratações diretas realizadas durante a vigência do estado de calamidade pública.

§ 2º - O pagamento das aquisições referidas no "caput" poderá ser efetuado à vista mediante assinatura do termo de contrato, com manifestação técnica específica e parecer do Gabinete do Procurador Geral do Estado para o caso concreto.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos às contratações diretas fundadas na dispensa de licitação prevista no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Gustavo Diniz Junqueira

Secretário de Agricultura e Abastecimento

Patricia Ellen da Silva

Secretária de Desenvolvimento Econômico

Sergio Henrique Sá Leitão Filho

Secretário da Cultura e Economia Criativa

Rosseli Soares da Silva

Secretário da Educação

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Flavio Augusto Ayres Amary

Secretário da Habitação

João Octaviano Machado Neto

Secretário de Logística e Transportes

Paulo Dimas Debellis Mascaretti

Secretário da Justiça e Cidadania

Marcos Rodrigues Penido

Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente

Celia Kochen Parnes

Secretária de Desenvolvimento Social

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

José Henrique Germann Ferreira

Secretário da Saúde

João Camilo Pires de Campos

Secretário da Segurança Pública

Artigo 2º - O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso III, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, de conformidade com a legislação discriminada na Tabela 3, anexa.

Artigo 3º - Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo, de que trata o artigo 6º, do Decreto nº 64.748, de 17 de janeiro de 2020, de conformidade com a Tabela 2, anexa.

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06 de abril de 2020.

JOÃO DORIA

Henrique de Campos Meirelles

Secretário da Fazenda e Planejamento

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

TABELA 1 SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTA/ELEMENTO/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	FR	GO	VALOR
09000 SECRETARIA DA SAÚDE			
09012 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FUNDOS			
3 3 50 43 SUBVENÇÕES SOCIAIS	01		85.000.000,00
4 4 90 52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	01		314.631.159,00
TOTAL		01	399.631.159,00
FUNCIONAL - PROGRAMÁTICA			
10.302.0930.6213 APOIO À ATENÇÃO BÁS. MUNIC. ENT. FIL			
		01	85.000.000,00
		3	85.000.000,00
10.302.0941.2449 APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS UNID. ADM. DI			
		01	314.631.159,00
		01	4314.631.159,00
TOTAL			399.631.159,00

REDUÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTA/ELEMENTO/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	FR	GO	VALOR
99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
99099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
9 9 99 99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	01		399.631.159,00
TOTAL		01	399.631.159,00

FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTA/ELEMENTO/FUNÇÃO/PROGRAMÁTICA	FR	GO	VALOR
99.999.9999.4671 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
		01	399.631.159,00
		01	9399.631.159,00
TOTAL			399.631.159,00

TABELA 2 SUPLEMENTAÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTA/MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GO	VALOR
09000 SECRETARIA DA SAÚDE			
TOTAL		01	3 85.000.000,00
ABRIL			85.000.000,00
TOTAL		01	4314.631.159,00
ABRIL			314.631.159,00
TOTAL GERAL			399.631.159,00

REDUÇÃO		VALORES EM REAIS	
ÓRGÃO/QUOTA/MENSAIS/DOTAÇÃO CONTINGENCIADA	FR	GO	VALOR
99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
TOTAL		01	9399.631.159,00
ABRIL			399.631.159,00

TABELA 3 MARGEM ORÇAMENTÁRIA		VALORES EM REAIS	
RECURSOS DO EXERCÍCIO	FR	GO	VALOR
RECURSOS DO EXERCÍCIO			

é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 046,54m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 122°06'08" e distância de 008,11m; segmento 3-1 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 042,66m, perfazendo uma área de 158,26m² (cento e cinquenta e oito metros quadrados e vinte e seis décimos quadrados);

II - área 2 - conforme planta DE-SPD254318-254.255-029-D02/002, a área, que consta pertencer a Valnei Donizete de Oliveira Martins, Alessandra Aparecida Pereira de Oliveira Martins, situa-se entre o Km 254+207,43m e o Km 254+580,41m da Rodovia SP-318, no Município e Comarca de São Carlos, e tem linha de divisa que, partindo do ponto denominado 1, de coordenadas N=7583942.3519 e E=199362.0026, é constituída pelos elementos a seguir relacionados: segmento 1-2 - em linha reta com azimute 302°06'08" e distância de 008,11m; segmento 2-3 - em linha reta com azimute 359°03'46" e distância de 043,90m; segmento 3-4 - em linha reta com azimute 356°58'29" e distância de 042,73m; segmento 4-5 - em linha reta com azimute 351°24'54" e distância de 026,75m; segmento 5-6 - em linha reta com azimute 357°46'59" e distância de 012,59m; segmento 6-7 - em linha reta com azimute 309°45'52" e distância de 025,65m; segmento 7-8 - em linha reta com azimute 008°40'16" e distância de 112,00m; segmento 8-9 - em linha reta com azimute 072°26'36" e distância de 039,34m; segmento 9-10 - em linha reta com azimute 018°16'12" e distância de 105,55m; segmento 10-1 - em linha reta com azimute 188°14'14" e distância de 372,98m, perfazendo uma área de 10.572,10 m² (dez mil, quinhentos e setenta e dois metros quadrados e dez décimos quadrados).

Parágrafo único - A declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, limitar-se-á às coordenadas georreferenciais descritas neste artigo e não abrange imóveis de propriedade de pessoas jurídicas de direito público.

Artigo 2º - Fica a Concessionária Viapaulista S.A. autorizada a invocar o caráter de urgência no processo judicial de desapropriação, para fins do disposto no artigo 15 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e pela Lei federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009, devendo a carta de adjudicação ser expedida em nome do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta de verba própria da Concessionária Viapaulista S.A..

Artigo 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de abril de 2020

JOÃO DORIA

Antonio Carlos Rizeque Malufe

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

Rodrigo Garcia

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 8 de abril de 2020.

DECRETO Nº 64.931, DE 8 DE ABRIL DE 2020

Transfere, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para a Secretaria da Educação, a administração do imóvel que especifica

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e à vista da manifestação do Conselho do Patrimônio Imobiliário,





São Paulo, 26 de Maio de 2020.

DESPACHO COF Nº 69/2020

Encartamos aos autos cópia das Notas Fiscais e seus respectivos pagamentos, referente a aquisição de material de consumo para atender a demanda do plano de contingência COVID-19.

Os pagamentos foram realizados seguindo a determinação do Decreto 64.928 de 08/04/2020.


Nanci Aparecida Galfi
Diretor Técnico II





À
Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo
Coordenadoria Geral da Administração
A/C – Sra. Luciane Vieira de Jesus

A empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI – EPP**, estabelecida à Rua Francisco Marinho, nº 229 – Vila Baruel – São Paulo/SP – CEP 02523-070, Fone/fax : 11 2614 9149 , contato@vedanasau.de.com.br, inscrita no CNPJ sob nº .06.972.729/0001-06, neste ato representada por **FABIANA CRISTINA SARAIVA**, DIRETORA/REPRESENTANTE LEGAL, RG : 26.411.330-9, CPF 254.989.058-23, propõe fornecer o material conforme abaixo discriminado:

ITEM 01	QUANTIDADE : 10.000
DESCRIÇÃO	AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL, IMPERMEÁVEL – SSMSS interno com laminado externo, 50 Gr. , tiras de amarração ao corpo do avental, velcro p/ fechamento da gola, BARREIRA MICROBIANA E VIRAL , pacote com 10 unidades MARCA : TENCYL OVER FABRICANTE : VENKURI IND E COM RMS 10366900022
VALOR UNITÁRIO	R\$ 27,00 (Vinte e sete reais)
VALOR TOTAL ESTIMADO	R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA : R\$ 270.000,00 (Duzentos e setenta mil reais)

Rua Francisco Marinho, 229 – Casa Verde – São Paulo – SP – Cep.: 02523-070
Tel: (11) 2614-9149 – Fax: (11) 2769-0424 – CNPJ: 06.972.729/0001-06



Autenticado com senha por **FABIO FRANCISCO NASCIMENTO** - 22/04/20 às 14:07:38.
Documento Nº: 4415898-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415898-1423>

SIGA



SESC2020217852A



SESC2020343961A



Autenticado com senha por **SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS** - 17/06/2020 às 12:18:08.
Documento Nº: 5778153-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5778153-1423>

SIGA



Validade desta proposta é de 30(Trinta) dias corridos

Prazo de Pagamento : 03 (Três) dias a partir de cada entrega realizada

Prazo de entrega : Até 24/04 = 10.000 unidades

São Paulo, 17 de Abril de 2020.



Fabiana Cristina Saraiva

Diretora / Representante Legal

06.972 729/0001-06
VEDANA COMERCIO DE PRODUTOS E
SERVICOS PARA SAUDE EIRELI EPP
R. Francisco Marinho, 229
Casa Verde CEP 02623-070
SÃO PAULO - SP

Rua Francisco Marinho, 229 – Casa Verde – São Paulo – SP – Cep.: 02523-070
Tel: (11) 2614-9149 – Fax: (11) 2769-0424 – CNPJ: 06.972.729/0001-06



Autenticado com senha por FABIO FRANCISCO NASCIMENTO - 22/04/20 às 14:07:38.
Documento Nº: 4415898-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4415898-1423>



SIGA



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 17/06/2020 às 12:18:08.
Documento Nº: 5778153-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5778153-1423>

São Paulo, 02 de abril de 2020

A
Secretaria de Estado da Saúde

Att.: Sra. Adriana

Ref.: – Proposta de Preços

Conforme solicitado, segue nossa proposta de fornecimento, para análise e apreciação:

Item	Qtda	Descrição	Preço Unitário	Preço Total
1	340.000 Unidades	Avental de procedimento, não estéril, impermeável e laminado, na cor azul, 50gr., com barreira microbiana e viral Medindo 1,30 x 1,50cm. Registro no Ministério da Saúde : 103666900022 CA 38883 Marca: Venkuri Embalagem: Pacote com 10(dez) unidades	R\$ 32,00	R\$ 10.880.000,00

Condições:

- **Pedido mínimo:** R\$ 1.000,00 (Mil reais)
- **Validade da Proposta:** 30 (trinta) dias
- **Prazo de Entrega:** Conforme cronograma abaixo
 - 04/05/20
 - 18/05/20
 - 25/05/20
 - 01/06/20
 - 08/06/20
 - 15/06/20
 - 22/06/20
 - 29/06/20
 - 06/07/20
 - 13/07/20
 - 20/07/20
 - 27/07/20
 - 03/08/20
 - 10/08/20
 - 17/08/20
 - 24/08 /20
- **Prazo de pagamento:** 30 (trinta) dias
- **Frete e Imposto:** inclusos
- **Banco do Brasil Agência:** 5853-x – c/c: 8662-2

Cristiane Ribeiro
Tecno4 Produtos Hospitalares Eireli.
Departamento de Licitação

Tecno4 Produtos Hospitalares Eireli
CNPJ 04.124.669/0001-46
Insc. Est. 116.027.517.110

Rua Backer, nº. 89
Cambuci – SP – CEP 01541-000
Tel/Fax: 3399 4482 / 3272 0460





COTAÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE SÃO PAULO

IPERO-SP, 16 DE ABRIL DE 2020.

EMPRESA: COMERCIAL CIRURGICA IPERÓ EIRELI ME

ITEM	DESCRIÇÃO	APRESENTAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	DISPONIBILIDADE	PRazo ENTREGA
1	MASCARA DESC. PROTEÇÃO TRIPLA	UNID	R\$ 4,90	7 MILHOES	7 DIAS
2	MASCARA RESPIRADOR N95	UNID	R\$ 31,95	3 MILHOES	IMEDIATO
3	RESPIRADOR SEMIFACIAL DESCARTAVEL P2	UNID	R\$ 44,00	3 MILHOES	7 DIAS
4	AVENTAL SERURANÇA SMS GRAMAT 50 ESTERIO	UNID	R\$ 48,30	3 MILHOES	7 DIAS
5	AVENTAL SERURANÇA SMS GRAMAT 50 LAMINADO	UNID	R\$ 48,30	2 MILHOES	7 DIAS
6	MACAÇÃO SEGURANÇA CAPUZ IMPERMEÁVEL 40GR	UNID	R\$ 127,00	2 MILHOES	8 DIAS
7	LUVA SEGURANÇA NITRILA TAM G	UNID	R\$ 0,44	2 MILHOES	IMEDIATO
8	LUVA SEGURANÇA NITRILA TAM M	UNID	R\$ 0,44	2 MILHOES	IMEDIATO
9	LUVA SEGURANÇA NITRILA TAM P	UNID	R\$ 0,44	2 MILHOES	IMEDIATO
10	OCULOS DE PROTEÇÃO	UNID	R\$ 22,90	500 MIL	7 DIAS
11	OCULOS DE SEGURANÇA	UNID	R\$ 19,10	500 MIL	7 DIAS
12	TOUCA CIRURGICA GRAMATURA 10	UNID	R\$ 0,70	2 MILHOES	5 DIAS
13	SAPATILHA CIRURGICA PROPE 32 a 36CM	UNID	R\$ 1,69	2 MILHOES	7 DIAS
14	ALCOOL ETILICO 1000ML	UNID	R\$ 20,89	500 MIL	5 DIAS
15	ALCOOL EM GEL 500ML	UNID	R\$ 24,90	200 MIL	5 DIAS
16	ALCOOL EM GEL 5LTS	UNID	R\$ 109,90	100 MIL	5 DIAS

FORMA DE PAGAMENTO: CONTRA EMISSÃO DE NOTA FISCAL

DADOS CADASTRAIS:
RUA RAFAELA MORENO, 176, CENTRO, IPERO-SP
FONE: (11) 3266-3046 / (61) 99928-5424 / 98437-8154
CNPJ: 21.670.010/0001-04
CEP: 18.560-000
BANCO DO BRASIL AG: 4567-5 C/C: 24.250-0
COMERCIAL CIRURGICA IPERÓ EIRELI



SESCAP2020343961A





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Declaração

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

DECLARAÇÃO DE RAZOABILIDADE

Declaramos para os devidos fins que o preço ofertado pela empresa **VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP** bem como pesquisas entre outras empresas, fica demonstrada a razoabilidade de preços.

São Paulo, 17 de junho de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras





São Paulo, 12 de Março de 2020.

OFÍCIO CGA CIRCULAR

- Referência: Aquisições e Serviços Emergenciais em Atenção à Pandemia Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

Trata o presente Ofício Circular esclarecimento para as aquisições e serviços emergenciais em atenção à Pandemia decorrente da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19).

A fundamentação para as aquisições e contratação de serviços em questão possuirá subsidio no Plano de Contingenciamento para esta Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, conforme documentação tratada no Processo n.º SES/1124892/2020, cujo teor inclui as legislações inerentes à declarada Pandemia por COVID-19, as condições para a contratação emergencial, orientações administrativas e jurídicas.

Encaminhe-se ao Núcleo de Compras – NC, para conhecimento do esclarecimento.

ADHEMAR DIZIOLI FERNANDES

Coordenador da CGA

Coordenadoria Geral de Administração – CGA

Comissão de Acompanhamento e Controle do Atendimento ao Tribunal de Contas da CGA

Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 3º andar, sala 303 | CEP 05403-000 | São Paulo, SP | Fone: (11) 3066-8000

*/CSR

G:\CGA\CATC\Outros\2020\COVID-19 Documentos Diversos\Informação CGA 2020 Plano de Contingenciamento - ventiladores.doc



Autenticado com senha por SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS - 17/06/2020 às 12:23:22.
Documento Nº: 5778464-1423 - consulta à autenticidade em
<https://www.documentos.spsempapel.sp.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5778464-1423>



SESCAP2020343988A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO Nº 1294/2020

Informamos que nesta data foram juntados os documentos constantes às fls. 103/108, necessários para a devida instrução do processo, que não foram juntados a época.

São Paulo, 17 de junho de 2020.

SUSANA ALMEIDA DOS SANTOS
Diretor Técnico II
Coordenadoria Geral de Administração - Núcleo de Compras



22/04/2020

9453765



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 846252

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 21/04/2020, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

VEDANA COMÉRCIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI EPP, CNPJ: 06.972.729/0001-06, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 22 de abril de 2020.

PEDIDO Nº: 9453765





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471

INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

PARECER: REFERENCIAL CJ/SS n.º 11/2020

EMENTA: PARECER REFERENCIAL. LICITAÇÃO. DISPENSA. Hipóteses de aquisição direta, em caráter emergencial, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo Coronavírus (artigo 24, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93). Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020. Dispensa de envio dos autos à Consultoria Jurídica nos casos em que se verifique a identidade dos pressupostos fáticos e jurídicos. Possibilidade de orientação jurídica uniforme nos casos que dependam de mera conferência de dados e/ou documentos que instruem os autos. Necessidade de instrução dos autos com justificativa formal. Atenção à necessidade de observância do teor do artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93. Proposta de encaminhamento dos autos à Chefia de Gabinete para conhecimento da Administração e aplicação das orientações aqui inseridas aos casos idênticos e conferência dos processos em curso.

Senhora Procuradora do Estado Chefe da Consultoria Jurídica,

1. Trata-se de expediente que retorna a este órgão consultivo para **atualização do Parecer Referencial nº 08/2020**, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, tendo em vista a **alteração da legislação** que fundamentou o referido parecer referencial, e a publicação da recente Medida Provisória, de 20 de março de 2020, que alterou a Lei federal nº 13.979/2020.

Parecer Referencial CJ/SS n.º 11/2020

Página 1 de 23





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.1. O recente Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2019

tratou de analisar os procedimentos administrativos preparatórios para **aquisição direta por dispensa de licitação**, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia de COVID19, causado pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

2. Considerando- se a **peculiaridade e emergência da situação que ora se afigura**, com a declaração de pandemia causada pelo novo Coronavírus, e, em razão disto, o número significativo de processos administrativos envolvendo **aquisições diretas em caráter emergencial**, e que envolvem matéria repetitiva, justifica-se a adoção de parecer referencial a fim de estabelecer **orientação jurídica uniforme** sobre o assunto.

3. Considerando o princípio da eficiência e a necessidade de racionalização dos trabalhos das Consultorias Jurídicas, bem como a existência de diversos pareceres sobre situações fáticas e jurídicas idênticas, o Procurador Geral do Estado, por meio da Resolução PGE nº 29, de 23 de dezembro de 2015, admite a elaboração do Parecer Referencial pelas Consultorias Jurídicas e sua utilização pela Administração Pública.

4. Sendo assim, recomenda-se que o presente parecer venha a ser empregado como Parecer Referencial em todas as aquisições diretas realizadas com fundamento na dispensa de licitação, em **caráter emergencial**, em razão da urgência da situação que ora se afigura, ante a pandemia causada pelo novo **Coronavírus**, com fundamento no **artigo 24, inciso IV**, da Lei federal nº 8.666/93, e no **artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**.

É o relatório.





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

5. Na elaboração do presente Parecer Referencial adotou-se a legislação ora em vigor, as normas infralegais e as orientações já exaradas por esta Consultoria Jurídica em diversos processos do gênero.

6. A aplicação do Parecer Referencial aos casos análogos que apresentem os **mesmos pressupostos fáticos e jurídicos** e cuja observância dependa de mera **conferência de dados e/ou documentos constantes dos autos, dispensa o envio dos autos à Consultoria Jurídica.**

7. Os processos aqui tratados, nos termos do artigo 4º da Resolução PGE nº 29/15, deverão ser instruídos pela Administração com:

- a) cópia integral do presente Parecer Referencial, e
- b) declaração da autoridade competente de que o caso concreto a ela submetido se enquadra, integralmente, nos parâmetros e pressupostos do presente Parecer Referencial, e que serão seguidas as orientações aqui contidas.

8. Os casos que extrapolem os limites da presente orientação deverão ser submetidos à análise individualizada por este órgão consultivo.

8.1. Assim, é importante consignar que a análise individualizada não estará dispensada, caso a administração vislumbre a ocorrência de alguma especificidade a demandar a imposição de requisitos excepcionais, hipótese em que será necessário o encaminhamento dos autos à Consultoria Jurídica.

9. Feitas essas observações iniciais, passa-se a discorrer acerca dos procedimentos que devem ser observados pela Administração para hipóteses de contratação, por **dispensa de licitação**, nos termos do **artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, e no artigo 4º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, desde que a





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação de urgência/emergência relacionada à pandemia causada pelo novo coronavírus esteja perfeitamente caracterizada e devidamente justificada nos autos.

10. Com efeito, o novo Coronavírus, responsável pela epidemia de COVID19, representa uma ameaça real e significativa à saúde da população, em especial do Estado de São Paulo.

10.1. A Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, determina em seu artigo 4º, *caput*, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

11. Pois bem. A licitação é princípio constitucional fundado na isonomia, a ser observado pela Administração Pública, e que comporta exceções previstas em lei, por força do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Uma dessas exceções à regra geral é a **contratação direta decorrente de dispensa do procedimento licitatório**, disciplinada no artigo 24 da Lei federal nº 8.666/93, em virtude de situação emergencial, e, no presente momento, disciplinada também na Lei **federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020.**

12. Assim, a autoridade competente deverá avaliar, em cada caso, se a situação efetivamente subsume-se no conceito de situação emergencial prevista pela **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, **declarando- a, quando então ficarão presumidas atendidas as condições de:** (I) ocorrência de situação de emergência; (II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

(III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência, nos exatos termos do artigo 4º B da referida Lei federal.

13. É oportuno lembrar que a apreciação das circunstâncias que qualificam determinada situação como de *emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus* está compreendida na discricionariedade do administrador, daí a importância da **precisão da Justificativa Técnica**.

14. Portanto, incumbe à Autoridade competente avaliar se a situação apontada nos autos efetivamente amolda-se a situação descrita na aludida **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, apta a permitir a dispensa da realização de certame licitatório.

15. O presente Parecer Referencial destina-se justamente a traçar orientação jurídica uniforme para hipóteses de contratação direta, com base no **artigo 24, inciso IV, da Lei de Licitações, e especialmente no artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**. Dispõem referidos artigos:

“Art. 24 – É dispensável a licitação:

(...)

IV – nos casos de **emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas**, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários para o atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;” (destacamos)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei. (Redação dada pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as contratações ou aquisições realizadas com fulcro nesta Lei serão imediatamente disponibilizadas em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), contendo, no que couber, além das informações previstas no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o nome do contratado, o número de sua inscrição na Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de contratação ou aquisição.

§ 3º Excepcionalmente, será possível a contratação de fornecedora de bens, serviços e insumos de empresas que estejam com inidoneidade declarada ou com o direito de participar de licitação ou contratar com o Poder Público suspenso, quando se tratar, comprovadamente, de única fornecedora do bem ou serviço a ser adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-A - A aquisição de bens e a contratação de serviços a que se refere o caput do art. 4º não se restringe a equipamentos novos, desde que o fornecedor se responsabilize pelas plenas condições de uso e funcionamento do bem adquirido. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-B - Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - ocorrência de situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-C - Para as contratações de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, não será exigida a elaboração de estudos preliminares quando se tratar de bens e serviços comuns. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-D - O Gerenciamento de Riscos da contratação somente será exigível durante a gestão do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

*Art. 4º-E - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, **será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.*** (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º O termo de referência simplificado ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterà: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

I - declaração do objeto; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

II - fundamentação simplificada da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

III - descrição resumida da solução apresentada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

IV - requisitos da contratação; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

V - critérios de medição e pagamento; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VI - estimativas dos preços obtidos por meio de, no mínimo, um dos seguintes parâmetros: (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

a) Portal de Compras do Governo Federal; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

b) pesquisa publicada em mídia especializada; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

c) sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

d) contratações similares de outros entes públicos; ou (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

e) pesquisa realizada com os potenciais fornecedores; e (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

VII - adequação orçamentária. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 2º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será dispensada a estimativa de preços de que trata o inciso VI do caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Os preços obtidos a partir da estimativa de que trata o inciso VI do caput não impedem a contratação pelo Poder Público por valores superiores decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços, hipótese em que deverá haver justificativa nos autos. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-G - Nos casos de licitação na modalidade pregão, eletrônico ou presencial, cujo objeto seja a aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência de que trata esta Lei, os prazos dos procedimentos licitatórios serão reduzidos pela metade. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 1º Quando o prazo original de que trata o caput for número ímpar, este será arredondado para o número inteiro antecedente. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

§ 2º Os recursos dos procedimentos licitatórios somente terão efeito devolutivo. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

§ 3º Fica dispensada a realização de audiência pública a que se refere o art. 39 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para as licitações de que trata o caput. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

Art. 4º-I - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)

16. Desta forma, o artigo 26 da Lei federal nº 8.666/93¹ deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**.

17. Isso porque a Lei federal nº 13.979/2020

¹ “Artigo 26 – As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, **necessariamente justificadas**, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**”

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, **será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço;

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.”
(grifo nosso)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

dispôs, em seu **artigo 4º-B** que presumem-se atendidas as condições de *(I) ocorrência de situação de emergência;* *(II) necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;* *(III) existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares;* e *(IV) limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.*

18. Já o seu **artigo 4º-E, inciso VI e parágrafos 2º e 3º** dispõem que as estimativas de preço poderão seguir no mínimo um parâmetro lá descrito, e que **excepcionalmente, desde que devidamente justificado pela autoridade competente,** poderá ser dispensada a estimativa de preços, e poderá haver a contratação mesmo por valores superiores aos da estimativa, caso decorrentes de oscilações ocasionadas pela variação de preços.

19. No Estado de São Paulo os pressupostos para a contratação emergencial, com dispensa de licitação, encontram-se estabelecidos no Decreto nº 40.320, de 15 de setembro de 1995, em seu artigo 1º, incisos I, II e III², o qual também deverá ser aplicado **em consonância** com as determinações contidas na Lei federal nº **13.979/2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, especialmente no tocante à **caracterização da situação emergencial** ou calamitosa, e a **justificativa do preço**, como acima orientado.

20. Assim, os procedimentos tendentes à contratação direta com base na **Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020**, devem contar (i) com a justificativa técnica por parte do órgão responsável pela contratação, (ii) com a declaração da autoridade competente de que a situação efetivamente subsume-se no conceito de

² "Art.1º - As dispensas de licitação para a celebração de contratos em situações de emergência, nos termos do inciso IV do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e do inciso IV do artigo 24 da Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, **serão sempre justificadas, por escrito e pormenorizadamente, pelo órgão responsável pela contratação, abrangendo, obrigatoriamente, os seguintes elementos:**

I - caracterização da situação emergencial que autorize a dispensa;

II - razão da escolha da empresa contratada;

III - justificativa do preço, com a utilização de pesquisa de mercado, se for o caso".





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

situação emergencial prevista pela Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, com a redação alterada pela Medida Provisória nº 926/2020, a permitir a dispensa da realização de certame licitatório, nos exatos termos do seu artigo 4º, (iii) com a razão da escolha da empresa contratada; (iv) com a justificativa do preço, levando-se em consideração o artigo 4º F, inciso VI da referida lei federal, e (v) com a indicação dos recursos orçamentários.

21. Para aferição da competência para dispensar a licitação, deve-se verificar a modalidade licitatória que corresponderia ao valor total da contratação, conforme o artigo 23, inciso II da Lei federal nº 8.666/93³, em conjunto com a Resolução SS 38, de 29 de abril de 2016⁴, e artigos 1º e 5º do Decreto estadual nº 31.138, de 9 de janeiro de 1990, alterado pelo Decreto nº 37.410, de 09 de setembro de 1993⁵. Assim, nas hipóteses em que o valor da total da contratação superar os R\$

³ Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia: (...)

II - para compras e serviços não incluídos no

inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais). (redação conforme Decreto 9.412/2018)

⁴ Artigo 1º - As competências previstas nos artigos 1º e 2º do Decreto - 31.138, de 09-1-1990, as do parágrafo

1º, do artigo 1º e do inciso I do artigo 2º do Decreto - 36.226, de 15-12-1992, com a redação dada pelo Decreto - 37.410, de 09-9-1993, e as do artigo 3º do Decreto - 47.297, de 06-11-2002, ficam delegadas na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete e aos Dirigentes de Unidades Orçamentárias, relativamente a todas as modalidades de licitação e, em especial, no que diz respeito à modalidade Pregão cujo valor estimado para a contratação seja igual ou superior a R\$ 650.000,00;

II - aos Dirigentes de Unidades de Despesa, relativamente às licitações até a modalidade de Tomada de Preços e Pregão sendo, quanto a esta modalidade, o valor estimado para a contratação inferior a R\$ 650.000,00.

⁵ Art. 1º - O artigo 5º do Decreto 31.138, de 9 de janeiro de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - As competências constantes dos artigos 1º e 2º, quando já não tenham sido atribuídas, por decreto de organização, à autoridade subordinada, poderão ser delegadas, mediante ato específico publicado no Diário Oficial do Estado, na seguinte conformidade:

I - ao Chefe de Gabinete ou aos dirigentes de unidades orçamentárias, quanto às concorrências;

II - ao Chefe de Gabinete, aos dirigentes de unidades orçamentárias ou aos dirigentes de unidades de despesa, quanto às demais modalidades de licitação." (grifamos)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

1.430.000,00 esta competência somente poderá ser exercida pelo Chefe de Gabinete ou pelos Dirigentes de Unidades Orçamentárias. Caso seja inferior a essa quantia, também poderão exercê-la os Dirigentes de Unidades de Despesa.

22. Cabe, de qualquer forma, à autoridade responsável, a emissão de **despacho fundamentado declarando a dispensa da licitação, e seu fundamento nas Leis federais nº 8.666/93 e 13.979/2020**, autorizando, assim, a contratação direta, o que deverá ser **ratificado pela autoridade superior**.

23. Os autos deverão ser instruídos com a reserva de recursos orçamentários e com a providência estabelecida no artigo 16 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

24. É necessário, ademais, que a **autoridade administrativa se manifeste a respeito de todos os pontos que lastrearão a contratação**.

25. A deliberação da autoridade deve definir as condições a embasarem a contratação, tais como exigências de habilitação (e quais aplicáveis, considerando-se a excepcionalidade prevista no artigo 4ºF da Lei 13.979/2006), sanções para o caso de inadimplemento, prazo de validade das propostas, condições e prazos de contratação (fixando o prazo para entrega dos bens e esclarecendo se a contratação se dará por meio da emissão de nota de empenho ou assinatura de instrumento de contrato), prazo de duração do ajuste (que não poderá ultrapassar seis meses, de acordo com o artigo 4º - H da Lei federal nº 13.979/2020), condições de pagamento, etc...

⁶ Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação**, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

26. Com relação ao **Termo de Referência**, deverá seguir o disposto no artigo 4º E, § 1º e incisos⁷, e ser aprovado pela autoridade competente, recomendando-se ao órgão técnico responsável pela qualificação do objeto o necessário cuidado na sua especificação, de modo a atender o interesse da Administração, inclusive no que se refere ao cálculo do quantitativo.

27. Reitere-se que, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020, os contratos *terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.*

28. Registra-se, outrossim, que previamente à contratação, a Administração **deverá se certificar** de que estão presentes nos autos os seguintes elementos:

a) declarações firmadas pelos representantes legais da empresa a ser contratada, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo anexo ao Decreto estadual nº. 42.911, de 06/03/1998, bem como assegurando a inexistência de impedimento legal para contratar com a Administração (o que poderá ser excepcionado em caso de ser a contratada a única fornecedora do serviço, nos termos do § 3º do artigo 4º da Lei federal nº 13.979/20);

b) certidões de regularidade previdenciária, fiscal, jurídica e trabalhista, que **deverão estar com prazo de validade em vigência no momento da contratação**, bem assim, em se tratando de certidões obtidas por meio

⁷ “**Art. 4º-E** - Nas contratações para aquisição de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da emergência que trata esta Lei, será admitida a apresentação de termo de referência simplificado ou de projeto básico simplificado.

§ 1º O **termo de referência simplificado** ou o projeto básico simplificado a que se refere o caput conterá:

I - declaração do objeto;

II - fundamentação simplificada da contratação;

III - descrição resumida da solução apresentada;

IV - requisitos da contratação;

V - critérios de medição e pagamento;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

eletrônico, ter a sua validade confirmada conforme estiver indicado nas próprias certidões (considerando-se que, no caso da **regularidade fiscal e trabalhista**, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa**, poderá dispensar a apresentação de documentação a elas relativa, nos termos do artigo 4º F⁸);

c) justificativa técnica;

d) declaração de razoabilidade dos preços nos termos do Decreto estadual nº 36.226/92;

e) certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual (caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso);

f) cópia do ato indicativo da pessoa responsável e com poderes suficientes à representação da empresa a ser contratada;

g) consulta prévia ao CADIN ESTADUAL, anteriormente à celebração do ajuste e realização do pagamento, nos termos da Lei Estadual nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 53.455, de 19 de setembro de 2008 (esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008). O “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de

⁸ “Art. 4º-F - Na hipótese de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviço, a autoridade competente, **excepcionalmente e mediante justificativa, poderá dispensar a apresentação de documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista** ou, ainda, o cumprimento de um ou mais requisitos de habilitação, ressalvados a exigência de apresentação de prova de regularidade relativa à Seguridade Social e o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição.”





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, também deverão ser consultados previamente à celebração da contratação;

h) cumprimento do disposto no "caput" e incisos I e II do artigo 16º da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

i) cumprimento das providências estabelecidas no Decreto estadual nº 41.165, de 20 de dezembro de 1996, com a alteração da redação do art. 1º, em consonância com o disposto no artigo 1º do Decreto nº 64.070, de 2 de janeiro de 2019 ¹⁰, **quando o valor da contratação atingir ou superar o patamar de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).**

29. Caso haja necessidade da assinatura de **instrumento de contrato**, quer pela peculiaridade da aquisição, quer por se tratar de aquisição com entrega parcelada, observa-se, primeiramente, que deverá ser atendido o preceituado no artigo 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a haver **absoluta consonância** com o estabelecido na deliberação da autoridade e no termo de referência.

30. As aquisições com entrega imediata, em regra, se formalizam por meio de nota de empenho. Todavia, face às peculiaridades de determinada aquisição, se considerar **imprescindível**, a Administração poderá optar pela celebração de contrato em aquisições com entrega imediata, caso em que deverá ser utilizada a minuta de

⁹**Artigo 16** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

¹⁰ **Artigo 1º** - O artigo 1º do Decreto nº 41.165, de 20 de setembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º - A celebração de contratos relativos à contratação de obras, à aquisição de material permanente e equipamentos, à contratação de serviços terceirizados e os contratos de gestão, com valor superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), dependerá de prévia manifestação do Secretário da Fazenda e Planejamento quanto aos aspectos orçamentários e financeiros, e do Secretário de Governo, quanto à compatibilidade da proposta com as diretrizes governamentais.”.(NR)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

contrato de aquisição com entrega parcelada, fazendo as alterações correspondentes ao regime de entrega.

31. No caso de aquisições com entrega parcelada, orienta-se para que sejam utilizados os modelos de minutas de contrato padrão pré aprovadas, disponíveis no site da BEC (aquisição de bens com entrega parcelada), e que constituem o Anexo V da minuta de edital, **fazendo-se as adequações necessárias para o caso de dispensa de licitação.**

31.2. Recomenda-se, ademais, que a unidade licitante **atente** para que os prazos e condições da aquisição que constarem do Termo de Referência sejam **absolutamente idênticos** aos que constarem da minuta de contrato.

32. A fim de colaborar com o preenchimento e elaboração da minuta de contrato, apresentamos a seguir algumas orientações:

a) **Preâmbulo:** recomenda-se a seguinte redação para o trecho em destaque, em substituição (tendo em vista que não deve haver referência à legislação do pregão):

“... a seguir denominada “CONTRATADA”, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, em face da declaração de dispensa de licitação e sua ratificação, com fundamento nos artigos 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, e artigo 4º da Lei federal nº 13.979/2020, conforme despacho exarado às fls. ____ do Processo nº _____, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e da Lei federal nº 13979/2020, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

b) **Cláusula Primeira:** a descrição do objeto deve ser **idêntica** à adotada no despacho da autoridade e no Termo de referência;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

c) **Cláusula Segunda, caput:** definir da forma mais adequada ao caso concreto em harmonia com o despacho da autoridade e com o disposto no Termo de Referência. Recomenda-se a seguinte redação, em consonância com o estabelecido na Lei federal nº 13.979/2020¹¹, sendo que o **prazo máximo de duração dos contratos é de seis meses:**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ajuste será de _____ (por extenso) meses, com início em ____/____/____ e término em ____/____/____, podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo nas hipóteses previstas no artigo 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo, e enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do artigo 4º H da Lei federal nº 13.979/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Não obstante o prazo estipulado no caput, o contrato deverá ser rescindido antes do término do prazo de vigência, sem ônus para a contratante, caso não mais existente a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública.

e) **Cláusula Terceira, caput:** identificar, dentre as obrigações da contratada ali previstas, as que se aplicam ao caso concreto, excluindo as demais, e incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas, a depender das particularidades dos serviços a serem contratados;

f) **Cláusula Quarta:** sugere-se a manutenção de todos os incisos previstos na minuta, sendo possível incluir condições e responsabilidades específicas que não estejam ali relacionadas;

g) **Cláusula sexta:** os prazos de recebimento provisório e definitivo devem ser preenchidos em consonância com a deliberação da autoridade, observando os

¹¹ Art. 4º-H - Os contratos regidos por esta Lei terão prazo de duração de até seis meses e poderão ser prorrogados por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

limites máximos previstos no art. 73, inc. I, “a”, e §3º da Lei federal nº 8.666/1993;

h) Cláusula sétima, caput: incluir valor do preço total do contrato, e, se o caso, os valores unitários dos bens, em consonância com a proposta apresentada pela contratada;

i) Cláusula Oitava: preencher conforme reserva orçamentária;

j) Cláusula Nona, parágrafo quinto: manter esse parágrafo caso a aquisição envolva a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar federal nº 116/2003, sujeitos ao recolhimento do ISSQN;

k) Cláusula décima: recomenda-se alterar a redação para a seguinte, tendo em vista o disposto no artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020¹²:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º I da Lei federal nº 13.979/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

l) Cláusula décima segunda, caput: tendo em vista que não se trata de licitação por meio de pregão eletrônico, recomenda-se substituir a redação por:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Se a contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte ficará sujeita às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº

¹² **Art. 4º-I** - Para os contratos decorrentes dos procedimentos previstos nesta Lei, a administração pública poderá prever que os contratados fiquem obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado, em até cinquenta por cento do valor inicial atualizado do contrato. (Incluído pela Medida Provisória nº 926, de 2020)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

8.666/93, e artigos 80 e 81 da Lei estadual nº 6.544/89, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

m) Cláusula décima segunda, parágrafo primeiro: tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se substituir a redação por:

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A sanção de que trata o caput desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas na Resolução SS nº 92, de 10-11-2016, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

n) Cláusula décima segunda, parágrafo quarto: tendo em vista que não há edital neste caso, recomenda-se excluir o trecho final da redação “e no artigo 7º da Lei federal nº 10.520/2002.”.

o) Cláusula décima terceira: tendo em vista que neste caso não há edital, e com base na deliberação da autoridade competente, deverá ser escolhida uma das opções de redação a seguir:

Não será exigida a prestação de garantia para a contratação que constitui objeto do presente instrumento.

OU

Para fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, a CONTRATADA prestou garantia sob a modalidade _____ no valor de R\$ _____, correspondente a ____% (____ por cento) do valor total da contratação, em conformidade com o disposto no artigo da Lei Federal nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A garantia deverá assegurar, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

II. prejuízos causados à contratante ou a terceiro durante a execução do contrato;

III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela contratante à contratada;

IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, relacionadas à execução do Contrato, não adimplidas pela contratada;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A cobertura prevista no Parágrafo Primeiro abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual, ainda que o sinistro seja comunicado pela contratante após a superação do termo final de vigência da garantia.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da contratante por meio de guia própria de recolhimento em conta do Tesouro do Estado no Banco do Brasil, que contemple a devida correção monetária do valor depositado.

PARÁGRAFO QUARTO

Se a CONTRATADA optar pela modalidade seguro-garantia, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula. Caso a apólice não seja emitida de forma a atender a cobertura prevista neste Parágrafo Quarto, a licitante vencedora poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUINTO

No caso de alteração do valor do contrato, reajuste ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual de que trata o caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO SEXTO

Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [_____] ([por extenso]) dias úteis, contados da data em que for notificada, sob pena de rescisão do contrato e aplicação das sanções nele previstas.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

I. Caso fortuito ou força maior;

II. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATANTE;





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PARÁGRAFO OITAVO

Após a aferição do cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

p) Cláusula Décima Quarta, I: recomenda- se fazer constar:

I. Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

- a. Anexo I – Termo de Referência*
- b. Anexo II - proposta apresentada pela CONTRATADA;*
- c. Anexo III – Resolução SS nº 92/2016.*

q) Cláusula Décima Quarta, final: em regra, 3 (três) vias.

33. Por ocasião da assinatura da avença, deverão ser renovadas as consultas por Sanções Administrativas e perante o Cadin Estadual e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>.

34. Por fim, autorizada a dispensa da licitação pela autoridade competente, deverá essa **decisão** ser comunicada dentro de 03 (três) dias à **autoridade superior para ratificação**, e publicada na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia do ato (artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93). Essa decisão, juntamente com as justificativas e pareceres dos órgãos jurídicos, deverão ser encaminhados, também por cópias, no prazo de até 10 (dez) dias contados do ato de ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (cf. Lei Estadual nº 6.544/89, art. 26, parágrafo único, acrescentado pela Lei Estadual nº 9.127/95 e o artigo 2º¹³, parágrafo único, do Decreto estadual nº 40.320, de 15/09/95).

¹³*Parágrafo único - Os atos de dispensa de que cuida este decreto, as justificativas que os embasaram e os pareceres referidos no "caput" deste artigo serão encaminhados, por cópia, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua ratificação, ao Tribunal de Contas do Estado (artigo 26, parágrafo único, da Lei Estadual nº 6.544-89, acrescido pela Lei Estadual nº 9.127, de 8 de março de 1995).*





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

35. Reitere-se que para a utilização do presente Parecer Referencial, a Administração deve observar o artigo 4º, da Resolução PGE nº 29/2015, que prevê a necessidade de instrução dos autos e dos expedientes congêneres com (i) cópia integral do Parecer Referencial com o despacho de aprovação da Chefia da Consultoria Jurídica e (ii) declaração da autoridade competente para a prática do ato pretendido, atestando que o caso se enquadra nos parâmetros e pressupostos do parecer referencial e que serão seguidas as orientações nele contidas.

36. Reitera-se que constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos, a inexistência de registros em nome da adjudicatária/contratada no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, que deverá ser consultado por ocasião da celebração do ajuste e da realização do pagamento. O cumprimento dessa condição, poderá se dar pela comprovação de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual 12.799/2008.

37. Previamente à celebração da avença, também devem ser consultados o “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço www.esancoes.sp.gov.br, e o “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço <http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>, e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

38. Ressalte-se que não compete a esta Consultoria Jurídica o exame do mérito das contratações, seja quanto ao aspecto técnico, seja quanto ao aspecto financeiro. Por tal motivo, recomenda-se aos órgãos competentes da Pasta o necessário controle, de modo a permitir que as contratações realmente atendam ao interesse público, **especificamente no enfrentamento da emergência de saúde pública**





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

causada pelo coronavírus.

39. Reitera-se que, nos casos em que surgirem dúvidas jurídicas, não abrangidas pelas orientações gerais ora traçadas, os autos deverão ser remetidos a este órgão jurídico, para análise e manifestação.

40. Ademais, nos termos do parágrafo único do artigo 2º da Resolução PGE nº 29/2015, na hipótese de alteração da legislação que fundamenta o presente parecer referencial, a Administração deverá suscitar à Consultoria Jurídica eventual substituição das orientações dele constantes.

41. Por fim, nos termos do artigo 2º, da Resolução PGE nº 29/2015, com a finalidade de garantir a atualidade das orientações traçadas por esta Consultoria Jurídica, fixa-se o **prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a validade deste Parecer Referencial, contado desta data, ou enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus**, nos termos dos artigos 4º, § 1º, e 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

42. Com estas considerações, submeto o presente ao crivo superior e, uma vez aprovado, proponho seja levado ao conhecimento da Administração para amplo conhecimento e aplicação.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

São Paulo, 24 de março de 2020.

CRISTINA DE ARRUDA FACCA LOPES
Procuradora do Estado





fls. 1

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

PROCESSO: 2020/11471
INTERESSADO: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
ASSUNTO: PARECER REFERENCIAL - ANTE A URGÊNCIA DA
SITUAÇÃO CORONAVÍRUS

1. De acordo com as conclusões do Parecer CJ/SS n.º
11/2020 por seus próprios fundamentos.

2. Restituam-se os autos à MD. Chefia de Gabinete
para ciência do inteiro teor do parecer retro com proposta de divulgação entre todas as
unidades das Coordenadorias.

São Paulo, 24 de março de 2020.

LUCIANA AUGUSTA SANCHEZ
PROCURADORA DO ESTADO ASSISTENTE





Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Informação

Interessado: Coordenadoria Geral de Administração - CGA

Assunto: Aquisição de Avental Descartável Laminado para atendimento de Plano de contingência COVID-19

Número de referência: INFORMAÇÃO CGA Nº 1548/2020

Tratam os autos de aquisição de materiais visando o atendimento para enfrentamento de calamidade pública decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, Portaria do Ministério da Saúde n.º 356 de 11 de março de 2020 e Decreto Estadual nº 64.879 de 20 de março de 2020.

Informamos que nesta data juntamos o documento constante às fls.110 necessário para a complementação da instrução do processo, considerando que equivocadamente não foi encartado na devida ocasião.

Destaca-se ainda, que os valores apresentados fazem parte da pesquisa de preços e foram coletados especificamente para as aquisições COVID-19, no período de 1º de março a 05 de maio de 2020.

Esclarecemos que essa Coordenadoria à época da contratação se utilizou do Parecer Referencial CJ/SS nº 08/2020, de 13/3/2020, posteriormente atualizado pelo Parecer Referencial CJ/SS nº 11/2020, de 24/3/2020, destacando que nenhum ponto relevante ali elencado deixou de ser atendido.

São Paulo, 24 de agosto de 2020.

Susana Almeida dos Santos
Diretor Técnico III
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo

Classif. documental	004.01.04.002
---------------------	---------------



SESINF202085483A



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Saúde
Coordenadoria Geral de Administração - Grupo de Gerenciamento Administrativo
ROSALIA BARDARO
Coordenador
Coordenadoria Geral de Administração - Gabinete do Coordenador

